



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO PROTOCOLO nº 128/2018
EDITAL COMPLETO RETIFICADO

Regido pelas Leis Federais nºs. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decretos Federais nºs 7.892/2013 e 3.555/2000, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações vigentes, e, principalmente, pelas cláusulas e condições do presente Edital.

MODALIDADE →	PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE LICITAÇÃO →	MENOR PREÇO
OBJETO →	Contratação de empresa especializada para Futura e Eventual aquisição de veículos sendo, 03 Caminhões com tração 4x2 equipado com compactador de lixo de 15m ³ , 01 Caminhão 4x2 e 01 Equipamento de Hidrojateamento, conforme detalhamento do objeto, item 2.2 do edital, por meio do sistema de registro de preços, visando atender às necessidades e atividades desempenhadas pelo SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL- SSAAP .
VALIDADE DA ATA →	12 MESES

1. PREÂMBULO

1. O **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitações instituída pela Portaria nº 014/2018, de 16/03/2018, publicada no Diário Oficial do Estado/MT em 20/03/2018, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO**, critério de julgamento por ITEM, conforme descrito neste Edital e seus anexos, de conformidade com a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares nºs 123, de 14 de dezembro de 2006 e 147, de 07 de agosto de 2014, Decretos Federais nºs 3.555/2000, de 08 de agosto de 2000, 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações vigentes, bem como, e especialmente, pelas disposições contidas neste Edital e seus anexos.

1.1. O **PREGÃO ELETRÔNICO** será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação- em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro da autarquia ÁGUAS DO PANTANAL, nomeado(a) Pregoeiro(a) Portaria nº 036/2018, de 10/08/2018 e sua equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página eletrônica do Bolsa Licitações e Leilões – www.blcompras.org.br.

1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; www.blcompras.org.br e www.aguasdopantanal.eco.br.

1.2.1. A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema de **Registro de Preço**, na data e horário, conforme abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	Á partir do dia 07/01/2019 .
DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS:	Á partir do dia 19/02/2019 às 08:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:	Dia 19/02/2019 , às 08:30 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	Dia 19/02/2019 , às 09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bllcompras.org.br	

1.2.2. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro (a) aos licitantes.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para Futura e Eventual aquisição de veículos sendo, 03 Caminhões com tração 4x2 equipado com compactador de lixo de 15m³, 01 Caminhão 4x2 e 01 Equipamento de Hidrojateamento, por meio do sistema de registro de preços, visando atender às necessidades e atividades desempenhadas pelo **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL- SSAAP.**

2.2. Do detalhamento do objeto:

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID.
01	00012717	VEÍCULO CAMINHÃO TOCO. FABRICAÇÃO NACIONAL. ZERO KM. ANO/MODELO VIGENTE OU SUPERIOR. COR BRANCO. MOTOR DIESEL DE 06 CILINDROS. GERENCIAMENTO MECÂNICO OU ELETRÔNICO. INJEÇÃO ELETRÔNICA. POTÊNCIA MÍNIMA DE 260 CV. TRANSMISSÃO DE NO MÍNIMO 09 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ. EMBREAGEM MONODISCO SECO. FREIO DE SERVIÇO A AR DE DOIS CIRCUITOS E TAMBOR NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRA COM SISTEMA ABS COM EBD. FREIO ESTACIONÁRIO. EIXO TRASEIRO COM DUPLA REDUÇÃO. TRAÇÃO 4X2. BARRAMENTO LATERAL ENTRE EIXOS (PROTEÇÃO PARA CICLISTA). SINALIZAÇÃO SONORA PARA MARCHA A RÉ. CABINE SIMPLES COM CAPACIDADE E ACENTOS PARA 03 PASSAGEIROS, INCLUINDO O MOTORISTA. BANCO DO MOTORISTA COM SUSPENSÃO PNEUMÁTICA. SAÍDA DE AR COMPRIMIDO NA CABINE COM MANGUEIRA E PISTOLA INSTALADAS. AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA. VIDROS ELÉTRICOS ORIGINAIS DE FÁBRICA. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA ORIGINAL DE FÁBRICA. SISTEMA ELÉTRICO DE NO MÍNIMO 12V COM TOMADA NO PAINEL. TACÓGRAFO. SISTEMA DE SOM COM RÁDIO AM/FM, CD/DVD E ENTRADA USB COM 02 ALTO FALANTES NA CABINE E ANTENA EXTERNA. TAPETES DE BORRACHA. ASSOALHO DA CA-	03	UNID.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

BINE REVESTIDO EM VINIL. SUPORTE LATERAL PARA PÁ E VASSOURA. QUEBRA SOL EXTERNO. ESTEPE COM SUPORTE JÁ ADAPTADO NO CAMINHÃO. TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO DE 270 LITROS. TANQUE DE ARLA 32 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 LITROS OU EQUIPADO COM EGR, DE TECNOLOGIA EURO 5, QUE ATENDE AS METAS DE EMISSÃO DE POLUENTES ESTABELECIDAS PELO PROCONVE P7, ONDE DISPENSA O USO DO ARLA32. PESO BRUTO TOTAL (PBT) 16.000 KG. CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO (CMT) 35.000 KG. RODAS EM AÇO DE MEDIDAS 22.5 X 7.5 POLEGADAS. PNEUS ORIGINAIS DE FÁBRICA E HOMOLOGADO PELA MONTADORA DE MEDIDAS 275/80 R22.5, PNEUS TRASEIROS COM BANDA DE RODAGEM MISTA. TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO E O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CHAVE DE RODAS, MACACO HIDRÁULICO, SINALIZAÇÃO E ETC.). GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM.

EQUIPADO COM: CAIXA COLETORA DE LIXO COM COMPACTADOR HIDRÁULICO. PINTURA EPÓXI OU EQUIVALENTE NA COR BRANCA EM TODA EXTENSÃO DA CAIXA COLETORA E NA COR VERDE NA PORTA TRASEIRA. CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 15M³ DE MATERIAL COMPACTADO. PRAÇA DE CARGA COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA DE 2M³. CAIXA MONOBLOCO COM PAREDES LATERAIS E TETO LISOS. CANALETA CENTRAL PARA GUIA DO PAINEL EJETOR. CALHA DE CHORUME COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA DE 120 LITROS COM VÁLVULA DE ESCOAMENTO. DISPOSITIVO HIDRÁULICO INFERIOR BASCULANTE DE CONTÊINER (CAPACIDADE DE 1.000 LITROS) PLÁSTICO E METÁLICO. RESERVATÓRIO DE ÓLEO HIDRÁULICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 160 LITROS COM VISOR EXTERNO DE NÍVEL. TRAVAMENTO MANUAL DA PORTA TRASEIRA. PISTÕES HIDRÁULICOS COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO NO FIM DO CURSO. COMANDO DE COMPACTAÇÃO COM SISTEMA DE SEGURANÇA PARA INVERTER O CICLO DE COMPACTAÇÃO A QUALQUER MOMENTO. ESTRIBO TRASEIRO FABRICADO EM AÇO ANTIDERRAPANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 03 COLETORES. COR-



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

		RIMÃO TRASEIRO SUPERIOR E LATERAL COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 03 COLETORES. ALERTA SONORO PARA COMUNICAÇÃO ENTRE MOTORISTA E COLETORES. ILUMINAÇÃO NA PRAÇA DE CARGA. SINALIZADOR ROTATIVO DE SEGURANÇA (GIROFLEX) NA PORTA TRASEIRA. TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO E O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE HORA.		
02	434273-9	VEÍCULO CAMINHÃO TOCO. FABRICAÇÃO NACIONAL. ZERO KM. ANO/MODELO VIGENTE OU SUPERIOR. COR BRANCO. MOTOR DIESEL DE NO MÍNIMO 06 CILINDROS EM LINHA. GERENCIAMENTO MECÂNICO OU ELETRÔNICO. INJEÇÃO ELETRÔNICA. COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 230 CV. TRANSMISSÃO DE NO MÍNIMO 06 MARCHAS À FRENTE, SINCRONIZADAS E 01 À RÉ, COM REDUÇÃO E TOMADA DE FORÇA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO OU HIDRÁULICO E ALAVANCA POSICIONADA NO PAINEL; OBSERVAÇÃO: A TOMADA DE FORÇA DEVE SER ESPECÍFICA PARA A INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE HIDROJATO E NÃO PODERÁ SER INSTALADA POR TERCEIROS A FIM DE QUE A GARANTIA DO VEÍCULO NÃO SEJA COMPROMETIDA. A TOMADA DE FORÇA DEVE SER DE FÁBRICA OU INSTALADA PELO FABRICANTE DO VEÍCULO OU CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELA FÁBRICA. EMBREAGEM COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO. TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 275 LITROS; TANQUE DE ARLA 32 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 LITROS OU EQUIPADO COM EGR, DE TECNOLOGIA EURO 5, QUE ATENDE AS METAS DE EMISSÃO DE POLUENTES ESTABELECIDAS PELO PROCONVE P7, ONDE DISPENSA O USO DO ARLA 32. CONSTRUÇÃO: CHASSIS COM PBT MÍNIMO HOMOLOGADO DE 16.000 TONELADAS, 4X2, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 4.800 MM CHASSI ORIGINAL, CINTOS DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS, FREIOS A AR COM DUPLO CIRCUITO INDEPENDENTE, TAMBOR, ABS (SISTEMA DE ANTITRAVAMENTO DAS RODAS) DIREÇÃO HIDRÁULICA; EQUIPADO COM GIROFLEX PARA SINALIZAÇÃO; RODAS EM AÇO ESTAMPADO. PNEUS ORIGINAIS; LAUDO DE SEGURANÇA VEICULAR. HOMOLOGAÇÃO	01	UNID.

		CONFORME AS EXIGÊNCIAS DO CONTRAN E A LEGISLAÇÃO ATUAL; PARA O TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO, QUE ATENDA AO PROCONVE DO MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE.		
03	267828-4	<p>EQUIPAMENTO COMBINADO DE HIDROJATEAMENTO COM BOMBA TIPO: ALTERNATIVA TRÍPLEX DE SIMPLES EFEITO, PARA OPERAR SIMULTANEAMENTE (VÁCUO E HIDRO JATO); PRESSÃO MÍNIMA: 3000 PSI; VAZÃO MÍNIMA: 260 L/MIN; CABEÇOTE: EM AÇO ASTM-A-743 GRAU CF8 OU AISI 304; ÊMBOLOS: AÇO ASTM-A-743 GRAU CF8 OU AISI 304 COM ANÉIS DE VEDAÇÃO; UNIDADE DE ACIONAMENTO: COMPLETA COM VIRABREQUIM LUBRIFICADO POR SALPICO E BANHO A ÓLEO; CAMISAS COM ANÉIS DE VEDAÇÃO.</p> <p>ACIONAMENTO POR MOTOR A DIESEL INDEPENDENTE, COM POTENCIA MÍNIMA CONTINUA DE 131 CV E ROTAÇÃO 1.800 RPM, COM TRANSMISSÃO DIRETA ATRAVÉS DE REDUTOR DE ENGENHAGEM COM ACOPLAMENTO PARA EMBREAGEM; ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS VÁLVULA DE REGULAGEM DE PRESSÃO COM AJUSTE FINO; VÁLVULA DE SEGURANÇA CALIBRADA PARA ABERTURA 10% (DEZ POR CENTO) ACIMA DA PRESSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO; CIRCUITO DE ALIMENTAÇÃO DOTADO DE FILTRO DE SUCCÃO; CIRCUITO DE PRESSÃO COM "BYPASS" PARA TANQUE; 02 (DOIS) KITS COMPLETO DE ANÉIS GAXETAS SOBRESSALENTES RESERVE, IDÊNTICOS AO INSTALADO NA BOMBA ALTERNATIVA TRÍPLEX.</p> <p>SISTEMA HIDRÁULICO FUNCIONARA POR SISTEMA HIDRÁULICO: O BASCULAMENTO DO TANQUE, A TAMPA TRASEIRA, A ABERTURA DO CARRETEL, O LANÇAMENTO E O RECOLHIMENTO DA MANGUEIRA.</p> <p>BOMBA HIDRÁULICA DESLOCAMENTO MÍNIMO: 63 CM3/REVOLUÇÃO; PRESSÃO DE TRABALHO MÍNIMA: 2490 PSI.</p> <p>CILINDROS HIDRÁULICOS REFORÇADOS, SENDO O DE BASCULAMENTO DO TANQUE TELESCÓPICO DE TRÊS ESTÁGIOS; EFEITO: DUPLO; CURSO MÍNIMO: 2.200 MM; DIÂMETRO MÍNIMO DA CAMISA: 125 MM</p> <p>SISTEMA DE SUCCÃO A ALTO VÁCUO SISTEMA COM SEPARADOR ENTRE O MANCAL DE ROLAMENTO E CÂMARA DE VÁCUO COM ESPAÇAMENTO MÍNIMO DE 80 MM, PARA EVITAR QUE VAZAMENTO DE AGUA CONTA-</p>	01	UNID.

	<p>MINE O ÓLEO DO MANCAL DE ROLAMENTO. BOMBA TIPO: VÁCUO COMPRESSOR DE ANEL LIQUIDO; CAPACIDADE DE DESLOCAMENTO MÍNIMA DE AR:12.000 L/MIN VÁCUO MÁXIMO: 95%; PRESSÃO MÍNIMA: 29 PSI DE PRESSÃO ABSOLUTA; INTERLIGAÇÃO DO CIRCUITO COM MOLLA NA DIMENSÃO MÍNIMA DE 3“X1.1/2”, CONTENDO TERMINAIS, CURVA-SE ABRAÇADEIRAS. A UTILIZAÇÃO DE TUBOS NESTE MECANISMO NÃO SERÁ ACEITA. ACIONAMENTO ATRAVÉS DO MESMO MOTOR QUE ACIONA A BOMBA DE ALTA PRESSÃO COM ACOPLAMENTO POR EMBREAGEM, OPERANDO SIMULTANEAMENTE COM A BOMBA TRÍPLEX E A PLENA CARGA, COMANDADO ATRAVÉS DE CHAVE LIGA DESLIGA, CENTRALIZADO NO PAINEL DE OPERAÇÃO FIXO NA TRASEIRA DO EQUIPAMENTO. CIRCUITO PNEUMÁTICO CIRCUITO PARA LIGAÇÃO DA BOMBA VÁCUO COMPRESSOR AO TANQUE RESERVATÓRIO, E DEVERA SER COMPOSTO POR: VÁLVULA COM COMANDO MANUAL CENTRALIZADO; SIFÃO DEPURADOR; VÁLVULA DE RETENÇÃO PARA BLOQUEIO NO INÍCIO DO CIRCUITO PNEUMÁTICO QUANDO O TANQUE RESERVATÓRIO ATINGIR O NÍVEL CHEIO; MANO VACUÔMETRO DIÂMETRO MÍNIMO DE 4.1/2", ESCALA 760 MMHG/3KGF/CM2, COM PREENCHIMENTO DE GLICERINA; CIRCUITO ELÉTRICO EQUIPAMENTO DEVERA TER CIRCUITO ELÉTRICO COM OS SEGUINTE COMPONENTES: SISTEMA DE PROTEÇÃO PARA O CIRCUITO ELÉTRICO MONTADO EM CAIXA DE ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, PROTEGIDO CONTRA ENTRADA DE AGUA; DISJUNTORES DE PROTEÇÃO COM AMPERAGENS ADEQUADAS PARA CADA CIRCUITO ELÉTRICO; FUSÍVEL DE PROTEÇÃO; CABO ELÉTRICO DE USO EXTERNO SERÁ DO TIPO “PP”. CONTROLE OPERACIONAL LOCALIZADO NA LATERAL TRASEIRA DO EQUIPAMENTO PRÓXIMO AO CARRETEL EM CAIXA COM VEDAÇÃO DA TAMPA POR BORRACHA. OS CONTROLES DE ABERTURA DA PORTA TRASEIRA E BASCULANTE DO TANQUE; ACELERADOR E AS VÁLVULAS DE PRESSÃO E DE RETORNO DE ACIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; DEVERÃO</p>	
--	--	--



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

	<p>SER INSTALADOS, NO MESMO LUGAR, PRÓXIMOS AO SISTEMA DE ACIONAMENTO DO CARRETEL. SENDO COMPOSTO POR: LED VERMELHO DE TEMPERATURA ALTA; LED VERMELHO DE PRESSÃO DO ÓLEO BAIXA; LED VERMELHO DE CARGA DA BACTÉRIA; BOTÃO VERMELHO DE PARADA DO MOTOR (STOP)ESTACIONÁRIO; CHAVE DE PARTIDA/PARADA DO MOTOR ESTACIONÁRIO; HORIMETRO DE FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; INDICADOR DA TEMPERATURA DO MOTOR ESTACIONÁRIO; INDICADOR DE ROTAÇÕES DO MOTOR(CONTA-GIROS) ESTACIONÁRIO; INTERRUPTOR DE ACIONAMENTO DA LUZ PARA SERVIÇOS NOTURNOS; ALAVANCAS DE CONTROLE DO SISTEMA HIDRÁULICO(ABERTURA DO CARRETEL, BASCULAMENTO DO TANQUE, ABERTURA DA TAMPA TRASEIRA); COMANDO PARA ACIONAMENTO DA BOMBA DE VÁCUO, PRÓXIMO A BOMBA; COMANDO PARA ACIONAMENTO DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO, PRÓXIMO A BOMBA; BOTÕES PARA OS ACIONAMENTOS HIDRÁULICOS DE ABRIR E FECHAR DAS VÁLVULAS DE ESFERA 4", PARA SUCÇÃO E DESCARGA; MANÔMETRO PREENCHIDO COM GLICERINA PARA INDICAÇÃO DA PRESSÃO DO CIRCUITO HIDRÁULICO DE OPERAÇÃO DO CARRETEL E SERVIÇOS AUXILIARES;5.3.3.11.16 MANO VACUÔMETRO DIÂMETRO MÍNIMO DE 4.1/2", ESCALA 760 MMHG / 3KGF/CM2, COM PREENCHIMENTO DE GLICERINA INSTALADO NO SI-FÃO DEPURADOR; ACELERADOR DO MOTOR ESTACIONÁRIO. TANQUE RESERVATÓRIO MATERIAL: AÇO CARBONO ASTM A-36; ESPESSURA: 1/4"; CAPACIDADE MÍNIMA: 7.000 LITROS, SENDO 3.000 LITROS PARA RESÍDUOS(SUCÇÃO A VÁCUO) E 4.000 LITROS PARA ÁGUA (HIDROJATEAMENTO); GEOMETRIA: CILÍNDRICA, COM FUNDOS TORRE ESFÉRICOS, REFORÇADOS, SENDO O DIANTEIRO FIXO E O TRASEIRO ARTICULADO COM FUNÇÃO DE TAMPA, EQUIPADO COM SISTEMA HIDRÁULICO DE BASCULAMENTO COM INCLINAÇÃO MÍNIMA DE 40°,PARA RETIRADA DE DEJETOS E LIMPEZA DE SEU INTERIOR. DEVERA SER COMPOSTO NO MÍNIMO DE: TAMPA:</p>		
--	---	--	--



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

	<p>ARTICULADA NA PARTE TRASEIRA COM ABERTURA ATRAVÉS DE PISTÃO HIDRÁULICO E FECHO ACIONADO HIDRAULICAMENTE ATRAVÉS DE VÁLVULA DE SEQUENCIA E RETENÇÃO. A TAMPA TRASEIRA EM AÇO CARBONO ASTM A-36 EM CHAPA 1/4” COM SUPORTE EM CHAPA DE 1/2”, COM REFORÇO NA PARTE SUPERIOR DO TANQUE TAMBÉM EM CHAPA DE 1/2”. O SISTEMA DE FECHAMENTO SEPARADO COM TRAVAS HIDRÁULICAS DO ACIONAMENTO DOS CILINDROS DA TAMPA;02 (DUAS)VÁLVULAS DE ESFERA EM AÇO INOX AISI 304,PASSAGEM PLENA, COM FLANGES 150 RF, DIÂMETRO NOMINAL MÍNIMO DE 4”, COM ENGATE RÁPIDO PARA MANGOTE DIÂMETRO MÍNIMO DE 4”, PARA SUCÇÃO E DESCARGA; QUEBRA ONDAS NA PARTE INTERNA DOS RESERVATÓRIOS DE AGUA; ACESSO LATERAL PARA PARTE SUPERIOR; VÁLVULA DE ALIVIO E SEGURANÇA INSTALADA PARA PRESSÃO DE ABERTURA MÍNIMA 8,5 PSI; VISOR DE NÍVEL PARA COMPARTIMENTO DE AGUA LIMPA, LOCALIZADO NA PARTE FRONTAL DO TANQUE RESERVATÓRIO INDICANDO NÍVEL MÍNIMO E MÁXIMO; VÁLVULA DE GAVETA EM AÇO INOX AISI 304 INSTALADA NO COMPARTIMENTO DE AGUA LIMPA, PARTE INFERIOR PARA DRENO E LIMPEZA, E ABASTECIMENTO ATRAVÉS DE HIDRANTE COM JUNTA TIPO "STORZ" 2 .”, NO MÍNIMO; CALHA PARA ESCOAMENTO DOS DETRITOS, CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, FIXADA NA TRASEIRA DO TANQUE PARA DIRECIONAR O FLUXO DURANTE A DESCARGA, QUE ULTRAPASSA O PARACHOQUE, EVITANDO ENTORNAR RESÍDUOS NO VEÍCULO DURANTE A LIMPEZA INTERNA NO TANQUE; PROTETORES EM AÇO CARBONO PARA LANTERNAS TRASEIRAS; FILTRO INTERNO NO TANQUE ESPIRALADO DE RANHURA CONTINUA COM SISTEMA DE SOLDAGEM POR ELETRO FUSÃO CONSTRUÍDO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 4”E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,0 METRO PARA PERMITIRÁ DRENAGEM DA AGUA, RETENDO O SOLIDO PARA MAIOR AUTONOMIA DO TANQUE; 01 (UMA) TORNEIRA EXTERNA EM AÇO INOX AISI 304, PARA LAVAGEM DAS MÃOS. CARRETEL PRINCIPAL PARA ARMAZENAR 120</p>		
--	--	--	--



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

	<p>M DE MANGUEIRA DE 25 MM (1”) DEVE ESTAR LOCALIZADO E FIXO NA TAMPA TRASEIRA DO TANQUE, COM SISTEMA DE ARTICULAÇÃO QUE PERMITA O POSICIONAMENTO EM VÁRIOS ÂNGULOS DE OPERAÇÃO COM ABER-TURA MÁXIMA DE ATE 1200 ATRAVÉS DE PIS-TÃO HIDRÁULICO; O CARRETEL DEVERA POSSUIR GUIA PARA ENROLAMENTO DA MANGUEIRA PARA EVITAR REMONTE E SO-BREPOSIÇÃO DE CAMADAS DE FORMA IRRE-GULAR, E O</p> <p>FUNCIONAMENTO DO CARRETEL DEVERA SER INDEPENDENTE DO FUNCIONAMENTO DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO ACIONAMENTO: HIDRÁULICO COM DUPLO SENTIDO DA ROTA-ÇÃO, COMANDO CENTRALIZADO NO CARRE-TEL E ROTAÇÃO VARIÁVEL, PARA LIMPEZA DE REDES DE ESGOTOS; SUPORTE DE FIXAÇÃO: EM AÇO CARBONO EM CHAPA DE 1/2”; COROA DUPLA, COM DIÂMETRO EXTERNO MÍNIMO DE 419,8 MM, 102DENTES, PASSO DE 1/2”; PINHÃO DUPLO, COM DIÂMETRO EXTERNO MÁXIMO DE 75,6 MM, 17DENTES, COM DE PASSO DE 1/2”, AMBOS EM AÇOS ESPECIAIS; CORRENTE DE TRANSMISSÃO DUPLA, COM PASSO DE 1/2”; MOTOR HIDRÁULICO ORBITAL DE ALTO TORQUE, COM DESLOCAMENTO MÍNIMO DE 193CM3/REV, PRESSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO DE 2490PSI, PARA QUE CONSIGA LANÇAR E RECOLHER COM</p> <p>EFICIÊNCIA 240 (DUZENTOS E QUARENTA) METROS DE MANGUEIRA DE 1”; 120 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO EM LANCE ÚNICO DIÂMETROS MÍNIMO DE 25,4 MM (1”), COM RESPECTIVAS CONEXÕES, TODAS EM AÇO INOX AISI 304, PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS, SEM EMENDAS, CAPA PROTETORA EM POLIURETANO E TUBO INTERNO EM NYLON11 OU ELASTÔMERO TERMO PLÁSTICO (HYTREL), REFORÇO EM FIBRA KEVLAR OU FIBRA SINTÉTICA (POLYESTER) OU MATERIAIS SIMILARES COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS DE RESIS-TÊNCIA A ABRASÃO E PRESSÃO QUE ATENDA A</p> <p>SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: ESPESSURA MÍ-NIMA DA CAMADA = 1,50 MM; PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA= 3.000 PSI, PRESSÃO DE RUPTURA MÁXIMA = 7.500PSI, RAIOS DE CUR-VATURA MÍNIMO = 200 MM; PRESSÃO MÍNIMA DE TESTE = 3.000 PSI; 30 M DE MANGOTE PA-</p>		
--	---	--	--



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

	<p>RA SUÇÃO E DESCARGA DE DIÂMETROS MÍNIMO DE 4" (100 MM) EM LANCES DE 15 M, COM CONEXÕES DE ENGATE RÁPIDO TOTALMENTE</p> <p>CONSTRUÍDAS EM AÇO INOX AISI 304 OU SIMILAR, PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 50 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO DIÂMETRO MÍNIMO DE 12,5 MM (1/2") PARA PISTOLA E LIMPEZA DE REDE DE AGUA POTÁVEL; 20 M DE MANGUEIRA DIÂMETRO MÍNIMO DE 70 MM COM CONEXÕES MÍNIMAS DE 2.1/2" PARA ABASTECIMENTO DO TANQUE POR HIDRANTE PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 01 (UMA) PISTOLA MANUAL HIDROJATEAMENTO PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS PARA PISTOLAS PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS PARA DESOBSTRUÇÃO TIPO "LINE-MOLE" PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS ESPECIAIS PARA GORDURA TIPO "LINE-MOLE" PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO TIPO TIJOLO PARA LIMPEZA DE GALERIAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO TIPO TORPEDO PARA LIMPEZA DE GALERIAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO ROTATIVO COM JATOS RADIAIS COM PROPULSOR PARA LIMPEZA DE REDE DE AGUA POTÁVEL; 01 (UM) BICO ROTATIVO COM JATOS RADIAIS COM PROPULSOR PARA LIMPEZA DE REDE DE AGUA POTÁVEL; 01 (UM) GUIA PARA MANGUEIRA PARA ENTRADA NO POÇO DE VISITA COM PROTEÇÃO CONTRA QUINA NO INTERIOR DA REDE PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) FARÓIS COM FOCO DIRIGÍVEL PARA TRABALHO NOTURNO; 02 (DOIS) SINALEIROS ROTATIVOS OU INTERMITENTES, COM FUNCIONAMENTO EM CONJUNTO, SENDO 01 FIXO SOBRE A CABINE DO CAMINHÃO, NA COR ÂMBAR, E OUTRO NA PARTE TRASEIRA SUPERIOR DO TANQUE, NA COR LARANJA; 01 (UMA) CAIXA DE FERRAMENTAS NAS LATERAIS DO TANQUE, TODA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1/16" EM AÇO CARBONO ASTM A-36, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,4M, ALTURA MÍNIMA DE 0,5M, LARGURA MÍNIMA DE 0,5M, COM PORTAS DE ABERTURA PARA CIMA, SISTEMA TRAVAS REFORÇADO PARA MANTER ABER-</p>	
--	---	--

	<p>TAS E FECHAMENTO ATRAVÉS DE CADEADO N O E-40. COM AS SEGUINTE FERRAMENTAS: 1 PÁ, 1 ENXADA, 1 PICARETA, 1 ALAVANCA, 1 GADANHO, 15 M DE CORDA, 1 BALDE METÁLICO DE 10 L, 6 BENGALAS DE 80 CM; 06 (SEIS) CONES DE SINALIZAÇÃO, MODELO APROVADO PELO CONTRAN, BEM COMO DE UM SUPORTE PARA ARMAZENAMENTO DOS MESMOS QUANDO TRANSPORTADOS; 01 (UMA) ESCADA EM ALUMÍNIO OU FIBRA DE VIDRO COM 06 (SEIS) METROS DE COMPRIMENTO, BIPARTIDA EM 02 (DOIS) LANCES DE 03 (TRÊS) METROS, COM LARGURA MÁXIMA 45 (QUARENTA E CINCO) CENTÍMETROS E SUPORTE COM SEUS FIXADORES PARA O SEU TRANSPORTE, A QUAL DEVERA SER DISPOSTA LONGITUDINALMENTE A CARROCERIA E SOB A CABINE DA VIATURA, OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. PINTURA DO EQUIPAMENTO/TANQUES DEVERA SER FEITA DA SEGUINTE FORMA: PARTE INTERNA DO TANQUE: PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE: JATEAMENTO ABRASIVO AO “METAL QUASE BRANCO”, NORMA SSPC-SP-10 COM PADRÃO VISUAL SIS 05.59001967 SA 2.1/2; TINTA DE FUNDO: EPOXI HB DE ALTA ESPESSURA, CROMATO DE ZINCO, CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 120 MICRA; TINTA DE ACABAMENTO: EPOXI ALCATRÃO H BALTA ESPESSURA, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 120 MICRA; PARTE EXTERNA DO TANQUE E EQUIPAMENTO PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE: JATEAMENTO ABRASIVO AO “METAL QUASE BRANCO”, NORMA SSPC-SP-10, COM PADRÃO VISUAL SIS-05.59001967 SA 2.1/2; TINTA DE FUNDO: PRIMER EPÓXI, NA COR AMARELA, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 40 MICRA; TINTA DE ACABAMENTO: ESMALTE POLIURETANO ACRÍLICO, NA COR “BRANCO MUNSE LL N-9,5”, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 30 MICRA.</p>		
--	--	--	--

3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 3.1.** Sistema de Registro de Preços – SRP: o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição de bens, para contratações futuras.
- 3.2.** Ata de Registro de Preços: o documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, na qual se registram os preços, fornecedores, órgãos



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

3.3. Órgão Gerenciador: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

3.3.1. Fica esclarecido que o SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL gerenciará a Ata de Registro de Preços, por intermédio do Presidente de sua Comissão Permanente de Licitações, conforme preceitos legais, termos e condições constantes no presente Edital de Licitação e Ata de Registro de Preços.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO, o licitante deverá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta de Preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica, constante do Termo de Referência - ANEXO I do presente Edital.

4.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

4.3. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas do ramo pertinente aos objetos licitados, inclusive as enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da Lei Complementar Federal nº 147/2014 e demais alterações, e que atenderem a todas as exigências, inclusive para classificação e habilitação, estabelecidas neste Edital.

4.4. A participação na licitação implica, automaticamente, aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos, bem como da Legislação aplicável.

4.5. As empresas licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.6. Não poderão participar:

a) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

b) Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, desde que o ato tenha sido punido mediante publicação no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo respectivo Órgão;

c) Empresas que estejam sob recuperação judicial, falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

d) Empresas que possuam entre seus sócios servidores desta Autarquia, bem como da Prefeitura Municipal de Cáceres.

4.7. A não observância das alíneas anteriores por parte da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

4.8. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços,

exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site www.bllcompras.org.br, opção "Acesso Identificado", observadas as datas e horários limites estabelecidos.

4.9. Caberá à proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme itens **9.2, 9.7 e 9.7.2**, deste Edital.

4.10. Da exigência do primeiro registro (constante nas especificações técnicas dos objetos):

4.10.1. A Lei nº 6729/79, também conhecida como Lei Ferrari, disciplina a relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidores de veículos automotores de via terrestre e por suas disposições, é possível verificar que o veículo zero km (novo) somente pode ser comercializado por concessionário (ou distribuidor), conforme terminologia legal. (art. 1º e 2º).

4.10.2. Mais adiante, em seu art. 12º, verifica-se que a supracitada Lei compõe ao concessionário a obrigatoriedade de vender o veículo apenas ao consumidor final, vedando a comercialização de veículos novos para fins de revenda.

4.10.3. Fora dessas situações, o emplacamento já não será de um veículo novo, mas seminovo. Assim, como a venda do veículo novo somente pode ser efetuada por concessionário ou fabricante ao consumidor final, e este, nos termos do art. 120 do CTB.

4.10.4. Outro ponto a ser observado é a emissão de nota fiscal em nome do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal para emissão do Certificado de Registro de Veículo prevista no inciso II do art. 122 do CTB que apenas os fabricantes/montadora e as concessionárias podem emitir diretamente para a Administração Pública, que por sua vez, realizará o primeiro emplacamento do veículo diretamente para o seu nome.

5. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO DA LICITAÇÃO

5.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet.

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.bllcompras.org.br.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes em qualquer PREGÃO na forma ELETRÔNICA:

5.3.1. A Proponente deverá apresentar juntamente com as exigências da Proposta de Preços deste Edital, a procuração e a cédula de identidade do representante legal credenciado para o acesso ao sistema Eletrônico no site www.bllcompras.org.br;

5.3.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto (exemplos: Carteira de motorista, Carteira de Trabalho), e de outorga por instrumento público ou particular (com firma reconhecida em Cartório), com menção expressa de que lhe



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por instrumento particular, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

5.3.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá apresentar cópia autenticada em cartório do contrato social ou equivalente, que habilitem o representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, acompanhados de Documento Oficial de identificação (RG, Carteira de Motorista ou outros) em cópia autenticada em cartório.

5.3.3.1. Em se fazendo representar por procuração particular, é obrigatória a apresentação da cópia autenticada em cartório do contrato social (1ª e última alteração ou contrato social consolidado), ou equivalente, e documentos de identidade do sócio-gerente e do procurador legalmente constituído;

5.3.4. Apresentar juntamente com os documentos de Credenciamento e Proposta de Preços, Contrato Social, em vigor, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, demonstrando compatibilidade com o objeto desta Licitação;

5.3.4.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.3.4.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da legitimidade da diretoria em exercício;

5.3.4.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4. Os documentos para credenciamento, exigidos no Edital deverão ser apresentados com cópia autenticada em cartório competente, na forma da Lei.

5.5. O comparecimento ao site do representante legal da LICITANTE é imprescindível em todas as sessões pertinentes a este certame licitatório.

5.6. A ausência do representante legal da licitante nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS, implicará na aceitação por parte do representante legal ausente, de todas e quaisquer decisões tomadas pelo Pregoeiro(a) e aceitas pelas licitantes presentes;

5.7. As microempresas ou as empresas de pequeno porte deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006 e na Lei complementar 147/2014;

5.7.1. A não declaração da licitante em referência a Lei Complementar nº. 123/2006 e à Lei Complementar nº.147/2014, caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA.

5.7.2. A declaração falsa dos requisitos de credenciamento sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais do certame.

5.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão de Pregão, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que comprovadamente por terceiros.

5.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser prontamente comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.



6. DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br, os licitantes deverão registrar suas propostas de preços com a descrição do objeto ofertado até **30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de proposta. Anexar obrigatoriamente e exclusivamente a proposta no sistema **BLL**, devendo ser utilizado apenas arquivos na extensão “**PDF**”.

6.1.1. Até **30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão**, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;

6.1.2. Fica vedado ao licitante qualquer tipo de identificação no sistema eletrônico, quanto ao registro de sua Proposta de Preços (planilha ou outros anexos), sob pena de desclassificação da empresa no certame, pelo Pregoeiro(a).

6.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua Proposta de Preços e lances inseridos em sessão pública.

6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor.

6.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no www.bll.org.br, bem como as constantes do Anexo I – TERMO DE REFERENCIA deste Edital, **PREVALE-CERÃO AS ÚLTIMAS**.

6.5. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

6.6. Uma licitante, ou grupo, suas filiais, ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderão apresentar uma única proposta de preços. Caso uma licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão todas rejeitadas pela entidade promotora da licitação.

6.6.1. Para tais efeitos, considera-se mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa;

6.7. Nenhuma empresa ou instituição vinculada a Entidade de Licitação será elegível para participar deste processo licitatório.

6.8. Nas Propostas de Preços REGISTRADAS no Sistema Eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

6.8.1. Preço unitário de cada Item, de acordo com o preço praticado no mercado, conforme estabelece o inciso IV, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo obrigatoriamente expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERENCIA do presente Edital, sendo aceitos apenas valores abaixo ou igual ao estimado. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como os impostos, ICMS, taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

- 6.8.2.** Deverão estar de acordo com as especificações do objeto, incluindo marca, modelo e outros elementos que identifiquem e constatem as configurações cotadas, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO**. É vedada toda e qualquer identificação da empresa licitante.
- 6.8.3.** Descrição detalhada dos objetos ofertados, ficando expressamente vedada a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto quando assim exigido pelo Edital.
- 6.8.4.** Apresentar a validade da proposta, de forma clara e inconfundível, bem como prazo de entrega, sob pena de desclassificação.
- 6.9.** A Proposta de Preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 6.10.** O Pregoeiro(a) verificará as propostas de preços registradas no endereço eletrônico, antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 6.11.** É obrigatória a apresentação da **MARCA** e **MODELO** do objeto; a não apresentação causará a desclassificação.
- 6.12.** Assim como as propostas de preços, os valores lançados serão pelo **VALOR UNITARIO DE CADA ITEM** no sistema, de acordo com a proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.13.** A simples participação neste certame implica em:
- 6.13.1.** Plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;
- 6.13.2.** Comprometimento da empresa vencedora em fornecer os materiais, objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

7. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATORIO

- 7.1.** Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital, exclusivamente por meio das opções abaixo;
- 7.1.1.** A petição poderá ser encaminhada, contendo os documentos necessários de qualificação do Peticionante, via e-mail: licitacao@aguasdopantanal.eco.br e pelos Correios, devendo o(s) original(is) ser(em) enviado(s) ao Protocolo Geral da Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL** – Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT: Rua Antônio João, nº 100 - Centro, Cáceres-MT, CEP: 78200-000, dirigida ao(à) pregoeiro(a), ou diretamente na Sede da Autarquia - Setor de Licitações, nos seguintes horários: das 07:30 às 11:30 e 13:30 as 17:30hs (horário local).
- 7.1.2.** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao(à) Pregoeiro(a), e devidamente identificado com nome do responsável pelos pedidos de esclarecimentos, com qualificação, endereço e número de telefone para contato;
- 7.2.** Se procedente e acolhida a petição, os vícios do Edital serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, resguardada a conveniência e interesse da administração;

7.2.1. Na hipótese de a impugnação ser rejeitada, permanecem mantidas as condições originalmente previstas neste Edital.

7.3. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ou seja, que vise tão somente o retardamento da execução do certame, ensejará a aplicação da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 pela autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações previstas na legislação vigente.

7.4. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 06 meses a 02 (dois) anos, e multa, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 93 da Lei nº. 8666/93.

7.5. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a).

7.6. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no Edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, enviado no site oficial da licitação www.bllcompras.org.br.

7.6.1. TERMO DE RETIFICAÇÃO é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, com o prazo original, devidamente estabelecido no art. 4º, inciso V da Lei Federal nº. 10.520/02 e art. 21, § 4º da Lei Federal nº. 8.666/93, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

7.6.2. NOTA DE ESCLARECIMENTO é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas.

7.6.3. Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições do Edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação, serão divulgados através de publicação de **TERMO DE RETIFICAÇÃO** ou **NOTA DE ESCLARECIMENTO** no site oficial da licitação www.bllcompras.org.br.

7.6.4. Apenas serão respondidos os esclarecimentos devidamente formulados, na forma da seção 7 deste Edital, sendo que eventuais contatos via telefone, a respeito de informações sobre o presente Pregão, seja para os servidores da CPL, bem como ao(à) Pregoeiro(a), não serão admitidos, garantindo assim um procedimento justo e isonômico, no momento da licitação.

8. DA SESSÃO PÚBLICA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. A sessão ocorrerá em data marcada conforme o item 1.2.1 do presente Edital, e em conformidade com as demais disposições aqui estabelecidas. A Sessão Pública do presente **PREGÃO ELETRÔNICO** terá início com a divulgação das propostas de preços, recebidas em conformidade e em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

8.2. Em seguida, ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente, no site www.bllcompras.org.br, conforme estabelecido no Sistema Eletrônico.

8.3. Informa-se ainda que devido ao caráter sigiloso das licitações, na fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) não atenderá ao telefone para responder questões inerentes ao presente Pregão.

8.4. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço **UNITÁRIO POR ITEM**, e o tipo da licitação será o de **MENOR PREÇO**, devendo o(a) Pregoeiro(a), realizá-lo em con-

formidade com o tipo da licitação e os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório e em sessão ou reunião do Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, que poderá, a seu critério, solicitar auxílio e assessoria de pessoal qualificado do quadro de servidores do município ou externos a ele, conforme a conveniência da administração.

8.4.1. O julgamento da Proposta de Preços no site dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO UNITARIO DO ITEM** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital;

8.4.2. Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor para cada item.

8.5. Será efetuada a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório e com os preços correntes no mercado, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

8.6. O resultado do julgamento estará à disposição dos interessados, bem como os pareceres, relatórios e atos registrados no processo licitatório. Os autos do processo poderão ser examinados pelos que demonstrarem o desejo de fazê-lo, mediante prévio agendamento.

8.7. Caso todas as licitantes sejam inabilitadas ou tenham suas propostas desclassificadas, o(a) Pregoeiro(a) poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis, para que apresentem outras, escoimadas das causas pelas quais decorreram a inabilitação ou desclassificação, conforme disposto no § 3º, do art. 48, da Lei 8.666/93, que se aplica subsidiariamente à modalidade Pregão.

8.8. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, proceder a promoção de diligência ou verificações destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

8.9. Não será motivo de desclassificação a ocorrência de simples omissão que seja irrelevante para o entendimento da proposta de preços, que não venha a causar prejuízo para a Administração Pública e que não macule os direitos dos licitantes.

9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. Somente as licitantes que apresentarem Proposta de Preços em consonância com o que dispõe o Edital, poderão apresentar lances para o(s) item(s) cotado(s), e exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, respectivo horário de registro e valor.

9.1.1. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo VALOR UNITARIO DE CADA ITEM;

9.1.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERENCIA do presente Edital.

9.2. A abertura e fechamento da fase de lances via *internet*, serão feitos pelo(a) Pregoeiro(a).

9.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado, e as regras de sua aceitação.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do **PREGÃO ELETRÔNICO**, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

9.7.1. O(a) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO** será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação, no site www.bllcompras.org.br.

9.8. O Item aberto para lance, antes de ser encerrado, entrará no **tempo de iminência**, de 01 (um) a 30(trinta) minutos, determinado pelo(a) Pregoeiro(a). Decorrido o tempo de iminência, o lote entrará no horário de encerramento aleatório do sistema, de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos; findo este, o item estará automaticamente encerrado, não sendo possível sua reabertura.

9.8.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o(a) Pregoeiro(a) se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes, observado o mesmo tempo de até 30 (trinta) minutos.

9.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, ficando responsável pelo ônus recorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor.

9.10. A desistência em apresentar lances implicará na exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço, por ela apresentada, para efeito de ordenação das propostas de preços.

9.11. Após encerrada a fase de lances, as Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, as quais assim se declararão em campo próprio do sistema ao inserir suas propostas de preços, serão convocadas através do próprio sistema, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e Lei complementar 147/2014.

9.12. Após a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta (fase de negociação) diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtido um melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação, podendo a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

10. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de lances e negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a Proposta de Preços classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade dos preços em relação ao estimado para a contratação.

10.1.1. Caso não ocorra lances deverá ser verificado o valor estimado dos bens e a especificação técnica prevista.

10.1.2. A entidade licitante poderá não aceitar e não adjudicar o item cujo preço total seja superior ao estimado para contratação, constante do anexo I (estimativa e especificação dos itens).

10.2. Cumprida as etapas anteriores, o(a) Pregoeiro(a) verificará a(s) Proposta(s) de Preços e os Documentos de Habilitação das empresa(s) classificada(s) com menor(es) lances, conforme disposições contidas no presente Edital.

10.3. Se a Proposta de Preços não for aceitável ou se a licitante não atender as exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a Proposta de Preços subsequente e, assim sucessivamente na ordem de classificação até a apuração de uma Proposta de Preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

10.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

10.5. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o(a) Pregoeiro(a) declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) lote(s).

10.6. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO** constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

11. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE 1)

11.1. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto, prevalecerão as descritas no ANEXO I (DESCRIÇÃO).

11.2. As propostas de preços deverão ser apresentadas de forma impressa ou datilografada, redigida em Língua Portuguesa, em 01 (uma) via sem ressalva, rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, rubricada, em todas as páginas e assinada na última, pelo responsável ou procurador da licitante.

11.2.1. Em todas as folhas deverá constar o carimbo padronizado do CNPJ, excetuando-se as folhas timbradas em que já tenham sido impressas essas informações, preferencialmente com índice, indicando o número de páginas e respectivo conteúdo, além de todas as folhas sequencialmente numeradas;

11.3. Os dados do Representante Legal, preferencialmente conforme modelo apresentado no ANEXO IV deste Edital.

11.4. As propostas de preços deverão conter, sob pena de desclassificação:

11.4.1. Indicação do Local e prazos de entrega, conforme exigência deste Edital.

11.4.2. As especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas (caso seja exigido), constando os quantitativos e valores, unitários e totais, bem como a marca e modelo (caso seja exigido), conforme modelo contido no ANEXO II deste Edital;

11.4.3. Descrição detalhada dos objetos ofertados, ficando expressamente vedada a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item do lote, desde que não seja assim exigido pelo Edital.

11.4.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura deste Pregão;

11.4.5. Preço unitário e total de cada item, de acordo com o preço praticado no mercado (valor fixo, irredutível, de acordo com a legislação em vigor), conforme estabelece o inciso IV, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no TERMO DE REFERENCIA – Anexo I do presente Edital;

11.4.6. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

11.4.7. O licitante deverá incluir no preço do objeto ofertado, a alíquota do imposto intitulado ICMS (quando for o caso), considerando para todos os efeitos fiscais o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, na condição de comprador/destinatário final.

11.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, às disposições deste instrumento convocatório.

11.6. Serão considerados inadequados e desta forma desclassificados os preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

11.7. O envio da Proposta de Preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

11.8. A proposta de preços contendo as exigências deste Edital, atualizada com o último lance, deverá ser enviada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de desclassificação, via e-mail – licitacao@aguasdopantanal.eco.br.

11.9. É DE PLENA RESPONSABILIDADE DAS LICITANTES TOMAREM CONHECIMENTO DE TODAS AS REGRAS ESTABELECIDAS NO EDITAL.

11.10. O original da Proposta de Preços atualizada e os documentos de habilitação em original ou cópia autenticada (observada a natureza e a exigência de original), contendo as determinações deste Edital, devidamente atualizada com o último lance, deverá ser recebida (data de chegada dos documentos na CPL) na sede da ÁGUAS DO PANTANAL Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-Setor de Licitações, Rua Antônio João, nº 100 - Centro - CEP 78200-000 – Cáceres-MT, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação do(a) Sr.(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação da proposta;

11.10.1. Caso a empresa envie o original da Proposta de Preços via “CORREIOS”, solicitamos que a mesma dê preferência para o envio via “SEDEX”, e ainda identifique o envelope com o número do referido Pregão, para que a CPL possa transmiti-lo ao(à) Pregoeiro(a) correspondente, conforme modelo abaixo:

<p>ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS ÓRGÃO: AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2019 RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DA LICITANTE DATA/HORA: 19/02/2019 ÀS 09:00 HS DE BRASÍLIA-DF PREGOEIRO OFICIAL: LUDMILA FREITAS ORTEGA ARANGE</p>

11.10.2. Os documentos da Proposta de Preços exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados em envelope lacrado, indevassável, distinto e separado, endereçado ao(à) Pregoeiro(a) da CPL, com indicação clara e visível do procedimento licitatório ao qual se dirige e a denominação da empresa proponente, bem como a natureza do correspondente conteúdo.

11.10.3. Nenhum dos documentos de Propostas de Preços (Envelope 1) poderá conter rasuras ou entrelinhas, não sendo permitidos palavras ou algarismos manuscritos.

11.10.4. Não serão consideradas propostas que deixarem de atender às disposições deste instrumento convocatório.

11.10.5. As Propostas de Preços apresentados fora da data e horário previsto conforme Edital, ou aquele estabelecido no CHAT MENSAGENS, deste instrumento convocatório, não serão recebidas.

11.10.6. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS VINCULARÁ O SEU AUTOR AO CUMPRIMENTO DE TODAS AS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES INERENTES AO CERTAME.

12. DO CREDENCIAMENTO

12.1. Leitura obrigatória do item 5 – CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO DA LICITAÇÃO.

12.1.1. O licitante deverá estar devidamente cadastrado junto à Plataforma de Pregão Eletrônico – BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILOES, no sítio www.blcompras.org.br até 30 minutos antes do horário da abertura do certame.

12.1.2. A habilitação dos licitantes deverá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no aplicativo www.blcompras.org.br antes do horário da abertura do certame, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

a) O credenciamento tempestivo do licitante junto ao www.bllcompras.org.br é *conditio sine qua non* para sua efetiva habilitação na modalidade licitatória Pregão Eletrônico.

b) Para a habilitação neste Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar tempestivamente credenciado no aplicativo da BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES, devendo cadastrar todos os documentos que se encontram elencados na Seção 13.

12.1.3. É DE PLENA RESPONSABILIDADE DAS LICITANTES TOMAREM CONHECIMENTO DE TODAS AS REGRAS ESTABELECIDAS NO EDITAL.

12.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.bllcompras.org.br. Deverá a licitante apresentar juntamente com as exigências da Proposta de Preços deste Edital:

12.2.1. Para habilitação neste certame, o licitante deverá estar tempestivamente credenciado no aplicativo BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES, devendo cadastrar todos os documentos que se encontram elencados no item 13.

12.2.2. Contrato Social, em vigor, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, compatível com o objeto desta Licitação.

12.2.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá apresentar cópia autenticada em cartório do contrato social ou equivalente, que habilitem o representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, acompanhados de Documento Oficial de identificação (RG, Carteira de Motorista ou outros) em cópia autenticada em cartório.

12.2.4. Se a empresa se fizer representar por procurador, far-se-á necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto (exemplos: Carteira de motorista, Carteira de Trabalho), e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por instrumento particular (com firma reconhecida em Cartório), esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

12.2.5. Em se fazendo representar por procuração privada, é obrigatória a apresentação da cópia autenticada em cartório do contrato social (1ª e última alteração ou contrato social consolidado) ou equivalente, e documentos de identidade do sócio-gerente e do procurador.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Para fins de habilitação ao certame, as empresas arrematantes deverão sob pena de inabilitação apresentar a seguinte documentação de habilitação em plena validade.

13.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) Cédula de identidade;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c.1) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal:

c.1) Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual:

d.1) Certidão Negativa de Débito relativos a créditos tributários e não tributários estaduais geridos pela Procuradoria Geral do Estado e pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal:

e.1) Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante, com validade na data de apresentação da proposta;

f) Certificado de Regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: www.caixa.gov.br ;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

h) No caso empresas e Empresas de Pequeno Porte, caso tenham se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, as exigências correrão consubstanciadas nos artigos 42 e 43 da primeira, elencadas no item 4.7 deste Edital.

13.1.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

13.1.3.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

a) O balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de entrega de livro digital”. Apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis. **Observações:** serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima):

-Publicados em Diário Oficial; ou,

-Publicados em jornal de grande circulação; ou,

-Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA.):

-Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

a.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

-fotocópia dos Termos de Abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

a.4) Sociedade criada no exercício em curso ou inativa no exercício anterior:

-fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas.

a.5) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado:

a.6) - Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

I Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

II Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

III Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

IV. Requerimento de Autenticação de Livro Digital.

V. Termo de Autenticação da Junta Comercial.

b.) A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultado igual ou maior que 1,0(um):

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo Circulante}} \end{aligned}$$

b.1.) Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa.

c) Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

13.1.4. Relativos à Qualificação Técnica:

13.1.4.1 A (s) empresa (s) licitante (s) deverá (ão) apresentar Atestado (s) de Capacidade Técnica, pertinente e compatível (is) com o objeto desta licitação, podendo o(s) mesmo(s) ser(em) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado caso o(s) atestado(s) seja(m) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado, deverá (ão) obrigatoriamente ser(em) apresentado(s) com firma reconhecida em cartório.

13.1.4.2 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.

Devem, quando aplicáveis, ser observadas e atendidas, no fornecimento do (s) referido (s) produto(s), as disposições:

13.1.5. Documentação Complementar:

13.1.5.1. As licitantes deverão anexar no Envelope de Habilitação (**Documentação Complementar**), **declarações**, devidamente assinadas pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

a). Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (Modelo – Anexo VI).

a1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

b). Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93. (Modelo – Anexo VI).

c). Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do **Poder Executivo Municipal** exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº. 04/90). (Modelo – Anexo VI).

d). Deverá declarar que não se encontra sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissoluções ou liquidações (Modelo – Anexo VI).

e). Assume inteira responsabilidade pela perfeita execução/aquisição do objeto dessa licitação, que tem pleno conhecimento das condições estabelecidas, está de acordo com todas as cláusulas, itens e condições do presente Edital e seus anexos, e atende todas as normas aplicáveis ao objeto. Não podendo em qualquer hipótese, invocar circunstância alguma, como elemento eventualmente impeditivo do perfeito cumprimento das obrigações. (Modelo – Anexo VI).

13.2. Todas as licitantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 02, os documentos específicos para a participação nesta licitação, preferencialmente entregues numerados e na sequência do Edital, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes.

13.3. Os originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados pelos Correios no endereço: ÁGUAS DO PANTANAL Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-Setor de Licitações, Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro - CEP 78200-000 – CÁCERES-MT, ou protocoladas diretamente no Protocolo Geral da Autarquia, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento da sessão;

13.4. Em caso de envio da documentação via Correios, a empresa vencedora deverá encaminhar no endereço eletrônico e-mail: licitacao@aguasdopantanal.eco.br, o comprovante de postagem, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após ser declarada vencedora pelo (a) Pregoeiro(a), com vistas a constatação do cumprimento do prazo exigido, sob pena de inabilitação.

13.5. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser enviado/protocolado fechado, contendo em seu exterior, as seguintes informações:

<p>ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ÓRGÃO: AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL CÁCERES-MT PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2019 RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DA LICITANTE A/HORA: 19/02/2019 ÀS 9h30m HORARIO DE BRASILIA DF PREGOEIRO OFICIAL: LUDMILA FREITAS ORTEGA ARANGE</p>

13.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

c) O (s) atestado (s) de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial(ais) da licitante.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

13.7. Os documentos exigidos deverão estar com prazo vigente e poderão ser apresentados em originais ou cópias autenticadas em cartório ou decorrentes de publicações em órgão da Imprensa Oficial, perfeitamente legíveis, sob pena de INABILITAÇÃO.

13.7.1. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

13.8. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

13.9. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o (a) Pregoeiro (a) considerará a proponente inabilitada.

13.10. Os documentos apresentados no envelope de habilitação sem disposição expressa do órgão expedidor quanto à sua validade, **terão o prazo de vencimento de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de sua emissão.**

13.11. Poderá o (a) Pregoeiro (a) declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a (s) dúvida (s).

13.12. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o (a) Pregoeiro (a) considerará a proponente inabilitada e prosseguirá a sessão.

13.13. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos e nem a inclusão posterior de documento no presente Edital e seus Anexos.

13.14. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observado ainda o disposto neste Edital, o (a) Pregoeiro (a) considerará o proponente inabilitado, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto nas Leis Complementares n.ºs 123/2006 e 147/2014.

13.15. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02 e legislação vigente.

13.16. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a licitante – 1ª classificada – será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

14. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

14.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pelas Leis Complementares Federais n.ºs. 123/2006 e 147/2014, deverão apresentar no Ato do Credenciamento:

14.1.1. Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL:

- a) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.
- b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº.123/2006 /147/2014.
- c) Certidão da Junta Comercial atualizada.

14.1.2. Quando não optante pelo SIMPLES NACIONAL:

- a) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.
- b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006/147/2014.
- c) Certidão da Junta Comercial atualizada.

14.2. A não apresentação dos documentos mencionados nos itens anteriores, configurará renúncia aos benefícios da citada legislação.

14.3 Após a fase de lances, se configurará “empate ficto” quando houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta de uma empresa comum.

14.4 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital, passará a ser a vencedora.

14.5 O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema ou Pregoeiro (a), decairá do direito previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123/2006.

14.5.1. Havendo outras licitantes que se enquadram na condição dos itens anteriores, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14.6. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos itens anteriores, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

14.7. No caso de empate entre microempresa e/ou empresa de pequeno porte, será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do art. 45, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão.

14.8. Se microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, deverá declarar assinalando campo próprio na fase de credenciamento.

14.9. Para as documentações de regularização fiscal serão assegurados o prazo de 05 (cinco) dias úteis (conforme redação dada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DA CORREÇÃO ADMISSÍVEL

15.1. Nos casos em que o(a) Pregoeiro(a) constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á às correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo as seguintes disposições:

15.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

15.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes do quantitativo do objeto e os preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

16. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

16.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o licitante vencedor.

16.2. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação NA PLATAFORMA ELETRÔNICA, até que um licitante atenda às condições fixadas neste Edital, e seja declarado vencedor.

16.3. Aclamação do(s) Licitante(s) vencedor(es).



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

16.4. Registro das manifestações, em campo próprio no sistema, dos demais Licitantes quanto à intenção ou não de recorrer da decisão proferida pelo(a) Pregoeiro(a), devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido.

16.5. Adjudicação do objeto da licitação, caso não haja manifestação quanto à intenção de interpor recurso administrativo.

16.6. Registro na Ata da Sessão pelo(a) Pregoeiro(a) e publicação da referida no site.

16.7. Homologada a licitação pela autoridade superior, deverá ser procedida à convocação do adjudicatário para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Proclamado o resultado final da licitação, promoverá o(a) Pregoeiro(a), a remessa dos autos à autoridade superior, para:

17.1.1. Confirmar o julgamento, determinando a homologação do objeto licitado ao proponente classificado em primeiro lugar.

17.1.2. Ordenar a retificação da classificação no todo ou em parte, se verificar irregularidade corrigível no julgamento.

17.1.3. Anular o julgamento, ou todo procedimento licitatório, se deparar com irregularidade insanável e prejudicial ao certame, em qualquer fase do Processo Licitatório.

17.1.4. Revogar a licitação, por motivo de conveniência ou oportunidade, desde que comprovado e ocorrido depois de instaurada a competição.

17.2. O resultado do presente certame será publicado e divulgado pelo(a) Pregoeiro(a) no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) minutos, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para protocolarem as razões de recurso na CPL em original ou autenticada, com todas as páginas rubricadas, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro(a) ao vencedor.

18.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, os quais serão mencionados em campo próprio no site - mensagens, a entidade promotora da licitação adjudicará o objeto e submeterá à autoridade competente para homologar o resultado da licitação e determinar a contratação.

18.5. De todos os atos e decisões do(a) Pregoeiro(a), relacionados com o Pregão Eletrônico, cabe recurso.

18.6. Cabe ainda, recurso contra a decisão que:

a) Anular ou revogar o Pregão Eletrônico.

b) Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

18.6.1. Os recursos de que tratam este item deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

18.6.2. As intimações dos atos referidos no Edital serão feitas mediante publicação na imprensa oficial e pelo site oficial da licitação <http://www.bllcompras.org.br/>.

18.6.3. Interpostos os recursos de que trata o item 18.6 deste Edital, serão publicados no site oficial da licitação www.bll.org.br para conhecimento dos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

18.6.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos.

18.6.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informados, devendo nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

18.7. Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Se este recair em dia não útil, o término do prazo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

18.8. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, no setor de Licitações, ÁGUAS DO PANTANAL Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres, Rua Antônio João nº 100 - Centro - CEP 78200-000 – Cáceres/MT.

18.9. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº. 10.520/02 e legislação vigente.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da execução do presente Edital correrão à conta de Recursos Próprios, alocado sob a classificação funcional:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.18.01	17.512.1011.1209	04.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	100 – Recursos Ordinários Próprios
04.18.01	17.512.1007.1233	04.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	100 – Recursos Ordinários Próprios

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Homologado o processo licitatório pela autoridade competente, a Comissão de Licitações da Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL** convocará a licitante vencedora para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários, sob pena de decair do direito de Registro.

20.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

20.2.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº. 8.666, 21 de junho de 1993.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

20.3 A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição(ões), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento do(s) produto(s), em igualdade de condições.

20.4. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, respeitadas a legislação, observando-se o seguinte:

20.4.1. O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da ÁGUAS DO PANTANAL, <http://www.aguasdopantanal.eco.br>, bem como através de publicações no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

20.4.2. Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

20.4.3. Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

20.4.4. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

20.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

20.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificação do produto e quantitativo do Item que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados.

20.5.2. Caberá à Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

20.5.3. Os fornecimentos adicionais a que se refere o **item 20.5** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

20.5.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

20.5.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

20.5.6. Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



20.5.7. O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.

20.6. Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

20.6.1. A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas.

20.6.2. A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro.

20.6.3. O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas.

20.6.4. A quantidade total de unidades a ser aderida, por item.

20.6.5. O prazo de validade de registro de preço.

20.6.6. Descrição das condições quanto aos locais e prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

20.7. Fazer acompanhamento dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

20.8. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

20.9. A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

20.10. A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

20.10.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

20.10.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

20.10.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

20.10.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

20.10.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

20.10.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

20.10.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

20.10.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

20.10.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20.10.4. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo órgão solicitante.

20.11. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pelo setor de Licitações da ÁGUAS DO PANTANAL.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

20.12. A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

21. DO CONTRATO E DE SUA VIGÊNCIA

21.1. Como condição para a celebração do Contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, e posteriormente retirar a Nota de Empenho para entrega dos produtos, objeto desta licitação.

21.2. O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado somente pelo período necessário a entrega dos produtos, se presente uma das hipóteses previstas no artigo 57, § 1º da Lei nº. 8666/93.

21.3. Se a licitante vencedora se recusar a assinar o contrato injustificadamente, no prazo de 05 (cinco) dias após regular intimação, além das penalidades cabíveis, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.

21.4. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada.

21.5. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular da licitante, será rescindido o contrato e além das penalidades cabíveis, e serão chamados outros licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, salvo no caso de recusa no prazo de validade de sua proposta.

21.6. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65 da lei nº. 8.666/93.

21.7. A divulgação do extrato do contrato ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

22. PRAZO DE ENTREGA, GARANTIA E RECEBIMENTO DO MATERIAL LICITADO

22.5. DO PRAZO DE ENTREGA E GARANTIA

22.5.1. O Caminhão 4x2 equipado com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m³ descrito no “item 01” do subitem “1.6” do Termo de Referência, deverá ser entregue no prazo máximo de **90 (noventa)** dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho.

22.5.2. A proponente vencedora do Caminhão 4x2 descrito no “item 02” do subitem “1.6” do Termo de Referência, deverá entregar no prazo máximo de **60 (sessenta)** dias à empresa vencedora do “item 03” do subitem “1.6” do Termo de Referência - devendo esta entregar o veículo, já equipado, no prazo máximo de até **60 (sessenta)** dias nas dependências do **SSAAP**. Para ambas, o prazo será contado a partir do recebimento da Nota de Empenho.

22.5.3. Caso seja a mesma proponente vencedora do item 02 e 03 do subitem “1.6” do Termo de Referência, contar-se-á o prazo de **120 (cento e vinte)** dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

22.5.6. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

22.5.7. A empresa contratada deverá prestar garantia do objeto licitado, assegurando a execução do contrato, considerando o seu valor total contratado, sob pena de decair o direito da contratação.

22.6. DO RECEBIMENTO DO MATERIAL LICITADO

22.6.1. O bem será recebido provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta.

22.6.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 60 (sessenta) dias úteis do recebimento provisório.

22.6.3. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da **CONTRATANTE**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

22.6.4. Se após o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à **CONTRATADA**, o prazo para a efetivação do **RECEBIMENTO DEFINITIVO** será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das irregularidades detectadas.

22.6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 6.1.2 do Termo de Referência, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

22.6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

22.6.7. A proponente vencedora do item 02 do Quadro do objeto do Termo de Referência, deverá entregar o veículo no local determinado pela proponente vencedora do item 03, sendo esta a responsável **PELA INSTALAÇÃO DO IMPLEMENTO DE HIDROJATEAMENTO**, ficando assim responsável pelo devido armazenamento, não permitindo a deterioração do material, e entrega em local determinado neste **TR**.

23. DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

23.1. A fiscalização da contratação será exercida pela Coordenadoria de Resíduos Sólidos, Srº Douglas de Almeida Corveloni, telefone e e-mail para contato (65) 3223-6900, aguasdo-pantanal.eco@gmail.com e/ou residuos@aguasdo pantanal.eco.br ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

23.2. A fiscalização de que se trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

23.3. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios

observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. A vencedora deverá assinar a Ata em no máximo 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação;

24.2. Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados do recebimento da convocação formal;

24.3. Cumprir a vigência da Ata que será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação;

24.4. Entregar o objeto licitado na cidade de Cáceres, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento e em local indicado pelo **TERMO DE REFERÊNCIA**;

24.5. O fornecimento será efetuado conforme solicitado, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias da solicitação.

24.6. Comunicar a Autarquia, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

24.9. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Autarquia, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a administração, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar.

24.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente **TERMO DE REFERÊNCIA**.

24.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do Contrato.

24.12. Prover todos os meios necessários a garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

24.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe a **CONTRATADA**, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto da ATA e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

24.14. Disponer-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante a entrega dos objetos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA**, contrato e Edital.

24.16. Indenizar terceiros e/ou o Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

24.17. Responde a **CONTRATADA** nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

24.18. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

24.19. A contratada deverá atender às especificações dos produtos e serviços contidas no termo de Referência, ao prazo de entrega previsto, o que prevê a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como a lei nº. 10.520/2002.

24.20. Devem, quando aplicáveis, ser observadas e atendidas, no fornecimento do(s) referido(s) produto(s), as seguintes disposições:

24.20.1. De acordo com as normas estabelecidas pelo INMETRO.

24.20.2. Dos códigos, normas, leis e regulamentos dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e das empresas concessionárias de serviços/produtos públicos que estejam em vigor e sejam referentes aos tipos de equipamentos e serviços aqui descritos.

24.21. Prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto.

24.22. A falta de quaisquer dos produtos e serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso ou inexecução da entrega do objeto desta licitação e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

24.23. O prazo de garantia de no mínimo, **12 (doze)** meses, a contar da entrega definitiva dos objetos.

24.24. Caso sejam detectados defeitos ou falhas na entrega dos objetos pela CONTRATADA será considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas; a CONTRATANTE pode exigir a substituição dos mesmos.

24.25. Os objetos deverão ser entregues juntamente com o certificado de garantia da fábrica.

24.26. Responde a contratada nos casos de qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

24.27. Deverá também comunicar antecipadamente a data e horário da entrega não sendo aceito os objetos e serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes no **Termo de Referência**.

24.28. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

24.29. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela contratante.

24.30. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

25.1. Receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no Edital.

25.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

25.2.1. Comunicar a Contratada por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido.

25.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

25.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

25.5. Formalizar o contrato, conforme modelo do anexo do Edital, e convocar a consignatária do certame para assinatura nos termos da legislação pertinente e conseqüentemente emitir nota de empenho de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, sob pena de ilegalidade dos atos.

25.6. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

25.7. Efetuar o pagamento à contratada, nas condições estabelecidas no Edital.

25.8. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital.

25.9. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela contratada.

25.10. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

25.10.1. A Contratante não responderá, pois, quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente Termo de Referência, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

25.11. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações.

26. DO PAGAMENTO

26.1. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada juntamente com a entrega do material solicitado e/ou o serviço prestado.

26.2. A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

26.3. O pagamento das despesas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal será efetuado à contratada em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto e do documento fiscal em tempo oportuno dos trâmites legais de tramitação da nota fiscal, a qual será devidamente atestada pelo servidor designado pela Contratante, cumpridas todas as exigências contratuais.

26.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

26.5. Caso se constate alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

26.6. Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

26.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

26.8. Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir os seguintes procedimentos:

26.8.1. Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/fatura, todas as certidões de Regularidade fiscal, devidamente válidas.

26.8.1.1. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

26.8.1.2. Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas.

26.8.1.3. Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante.

26.8.1.4. Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

26.8.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

26.8.1.6. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

26.9. Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas tais como:

a) Razão Social;

b) Número da Nota Fiscal/Fatura;

- c) Data de emissão;
 - d) Nome do órgão Solicitante;
 - e) Descrição do produto/serviço;
 - f) Quantidade, preço unitário, preço total;
 - g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
 - h) Número do Contrato;
 - i) Número da Nota de Empenho;
 - j) Discriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao Município (ex. IR, ISSQN, etc.), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº. 9.711/98, Instrução Normativa nº.1300/2012 RFB;
 - k) Não deverá possuir rasuras.
- 26.9.1.** Caso constatada alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções, sendo informados os motivos que levaram à sua rejeição.
- 26.9.2.** Somente após o recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento, a partir da data de sua reapresentação.
- 26.9.3.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.
- 26.9.4.** O pagamento será efetuado em até no máximo 30º (trigésimo) dia após a entrega da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada.
- 26.9.5.** O pagamento será efetuado à Contratada, de acordo com as ordens de serviços emitidas e atestadas pelo gestor.
- 26.9.6.** O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária e em moeda corrente nacional, conforme art. 5º da Lei nº. 8666/93.
- 26.9.7.** Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
- 26.10.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência. A atraso no pagamento por este motivo não ensejará direito de atualização monetária à Contratada.
- 26.11.** A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
- 26.12.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.
- 26.13.** É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.
- 26.14.** O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº. 8666/93.

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 27.1.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital, sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
- 27.2.** Quanto ao atraso para assinatura da Ata:
- a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento);
 - b) A partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.
- 27.3.** Quanto ao atraso para assinatura do contrato:
- a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) A partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

27.4. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

27.5. Se a adjudicatária se recusar a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades na forma da Lei nº. 10.520/02:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Órgãos/Entidades por prazo de até 05 (cinco) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

27.6. A empresa licitante ou contratada que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, e deixar de celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciada do sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em conformidade com o art. 7º da Lei nº.10.520/2002 e artigos 137 e 138 do Decreto Estadual nº. 7.217/2006.

27.7. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

27.8. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;

27.9. Multa moratória de 0,5 % (cinco décimos de um por cento) por uma quinzena de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

27.9 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso, de inexecução total do objeto;

27.10. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

27.11. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até cinco anos;

27.12. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados;

27.13. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 7º, da Lei 10.520/2002 e artigos 137 e 138 do Decreto Estadual nº. 7.217/2006, as empresas ou profissionais que:

27.14. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

27.15. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

27.16. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

27.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**,

observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

27.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.

27.19. A multa eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer *jus*, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o ÓRGÃO proceder à cobrança judicial da multa, na forma da Lei.

27.20. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO.

28. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

28.1.1. Quando a Fornecedora não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital.

28.1.2. Quando a Fornecedora não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável.

28.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

28.1.4. Quando a Fornecedora der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

28.1.5. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro.

28.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

28.1.7. Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

28.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

28.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Fornecedora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

28.4. A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

28.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Fornecedora, relativas aos fornecimentos do objeto;

28.6. Caso o Órgão Gerenciador não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

29.1. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

29.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

29.2.1. A anulação do procedimento induz à da Ata de Registro de Preços bem como ao Contrato.

29.2.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da Contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

29.3. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e o ÓRGÃO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para novo dia, hora e local, e tão logo definida, será novamente divulgada na forma da Lei.

29.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no ÓRGÃO.

29.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

29.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

29.9. Os Licitantes poderão acessar o Edital via Internet através do endereço eletrônico <http://www.aguasdopantanal.eco.br/>.

29.10. A entrega do resultado desta licitação não implicará direito à homologação.

29.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.12. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei nº. 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93.

29.13. Poderá o(a) Pregoeiro(a) no interesse da administração, relevar omissões puramente formais, desde que:

29.13.1. Não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

29.13.2. Possam ser sanadas, no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a).

29.14. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a).

30. DOS ANEXOS REFERENCIAIS

30.1. Compõem este Edital e deles fazem parte integrante como se integralmente transcritos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência
- b) ANEXO II – Modelo proposta de preços
- c) ANEXO III – Modelo de Carta de Credenciamento
- d) ANEXO IV – Atestado de Capacidade Técnica
- e) ANEXO V – Declaração para ME e EPP



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

- f) ANEXO VI – Modelo da Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)
- g) ANEXO VII – Ata de Registro de Preços
- h) ANEXO VIII – Minuta do Contrato

Cáceres, 06 de fevereiro de 2019.

PAULO DONIZETE DA COSTA
Diretor Executivo



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

TERMO DE REFERÊNCIA 72/2018 – RETIFICADO 2

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente **TERMO DE REFERÊNCIA – TR**, a contratação de empresa especializada para Futura e Eventual aquisição de veículos sendo, 03 Caminhões com tração 4x2 equipado com compactador de lixo de 15m³, 01 Caminhão 4x2 e 01 Equipamento de Hidrojateamento, por meio do sistema de registro de preços, visando atender às necessidades e atividades desempenhadas pelo **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL- SSAAP**, atendendo ao princípio do planejamento, aplicado no âmbito da Administração Pública Indireta (art. 6º, I do Decreto-Lei 200/67), haja vista à necessidade de aquisição para composição da frota.

1.2. Buscou-se o item que mais se assemelha ao objeto especificado no memorando nº 271/2018 na página do TCE-MT, nos sítios eletrônicos <<http://cidadao.tce.mt.gov.br/licitacao>>, “Consulta Geral de Licitações”, <https://pug.tce.mt.gov.br/itens-padronizados>, “Consulta de Itens de Material e Serviço”.

1.3. Conforme pesquisa realizada nos sítios governamentais, constatou-se especificação com similaridade de parte dos objetos a serem adquiridos, embasando uma parcela da referência de preços da presente aquisição.

1.3.1. Mediante ausência de registro de parte dos itens solicitou-se o cadastramento dos objetos que não constavam na Página do TCE-MT, no sítio eletrônico <https://pug.tce.mt.gov.br/itens-padronizados/solicitacao>, “Solicitação de Cadastro de Itens”.

1.4. Os valores dos itens deverão contemplar eventuais taxas, impostos, frete, montagem, dentre outros, não sendo admitidas quaisquer cobranças fora da proposta.

1.5. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo de Materiais e Serviços do sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, prevalecem estas últimas.

1.6. Detalhamento Do Objeto:

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID.
01	00012717	VEÍCULO CAMINHÃO TOCO. FABRICAÇÃO NACIONAL. ZERO KM. ANO/MODELO VIGENTE OU SUPERIOR. COR BRANCO. MOTOR DIESEL DE 06 CILINDROS. GERENCIAMENTO MECÂNICO OU ELETRÔNICO. INJEÇÃO ELETRÔNICA. POTÊNCIA MÍNIMA DE 260 CV. TRANSMISSÃO DE NO MÍNIMO 09 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ. EMBREAGEM MONODISCO SECO. FREIO DE SERVIÇO A AR DE DOIS CIRCUITOS E TAMBOR NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRA COM SISTEMA ABS COM EBD. FREIO ESTACIONÁRIO. EIXO TRASEIRO COM DUPLA REDUÇÃO. TRAÇÃO 4X2. BARRAMENTO LATERAL ENTRE EIXOS (PROTEÇÃO PARA CICLISTA). SINALIZAÇÃO SONORA PARA MARCHA A RÉ. CABINE SIMPLES COM CAPACIDADE E ACENTOS PARA 03 PASSAGEIROS, INCLUINDO O MOTORISTA. BANCO DO MOTORISTA COM SUSPENSÃO PNEUMÁTICA.	03	UNID.

	<p>SAÍDA DE AR COMPRIMIDO NA CABINE COM MANGUEIRA E PISTOLA INSTALADAS. AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA. VIDROS ELÉTRICOS ORIGINAIS DE FÁBRICA. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA ORIGINAL DE FÁBRICA. SISTEMA ELÉTRICO DE NO MÍNIMO 12V COM TOMADA NO PAINEL. TACÓGRAFO. SISTEMA DE SOM COM RÁDIO AM/FM, CD/DVD E ENTRADA USB COM 02 ALTO FALANTES NA CABINE E ANTENA EXTERNA. TAPETES DE BORRACHA. ASSOALHO DA CABINE REVESTIDO EM VINIL. SUPORTE LATERAL PARA PÁ E VASSOURA. QUEBRA SOL EXTERNO. ESTEPE COM SUPORTE JÁ ADAPTADO NO CAMINHÃO. TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO DE 270 LITROS. TANQUE DE ARLA 32 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 LITROS OU EQUIPADO COM EGR, DE TECNOLOGIA EURO 5, QUE ATENDE AS METAS DE EMISSÃO DE POLUENTES ESTABELECIDAS PELO PROCONVE P7, ONDE DISPENSA O USO DO ARLA32. PESO BRUTO TOTAL (PBT) 16.000 KG. CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO (CMT) 35.000 KG. RODAS EM AÇO DE MEDIDAS 22.5 X 7.5 POLEGADAS. PNEUS ORIGINAIS DE FÁBRICA E HOMOLOGADO PELA MONTADORA DE MEDIDAS 275/80 R22.5, PNEUS TRASEIROS COM BANDA DE RODAGEM MISTA. TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO E O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CHAVE DE RODAS, MACACO HIDRÁULICO, SINALIZAÇÃO E ETC.). GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM.</p> <p>EQUIPADO COM: CAIXA COLETORA DE LIXO COM COMPACTADOR HIDRÁULICO. PINTURA EPÓXI OU EQUIVALENTE NA COR BRANCA EM TODA EXTENSÃO DA CAIXA COLETORA E NA COR VERDE NA PORTA TRASEIRA. CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 15M³ DE MATERIAL COMPACTADO. PRAÇA DE CARGA COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA DE 2M³. CAIXA MONOBLOCO COM PAREDES LATERAIS E TETO LISOS. CANALETA CENTRAL PARA GUIA DO PAINEL EJETOR. CALHA DE CHORUME COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA DE 120 LITROS COM VÁLVULA DE ESCOAMENTO. DISPOSITIVO HIDRÁULICO INFERIOR BASCULANTE DE CONTÊINER (CAPACIDADE DE 1.000 LITROS) PLÁSTICO E METÁLICO. RESERVATÓRIO DE ÓLEO HIDRÁULICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 160 LITROS COM VISOR EXTERNO DE NÍVEL. TRAVAMENTO MANUAL DA PORTA TRASEIRA. PISTÕES HIDRÁULICOS COM SISTEMA DE AMORTECIMENTOS.</p>		
--	--	--	--



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

		TO NO FIM DO CURSO. COMANDO DE COMPACTAÇÃO COM SISTEMA DE SEGURANÇA PARA INVERTER O CICLO DE COMPACTAÇÃO A QUALQUER MOMENTO. ESTRIBO TRASEIRO FABRICADO EM AÇO ANTIDERRAPANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 03 COLETORES. CORRIMÃO TRASEIRO SUPERIOR E LATERAL COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 03 COLETORES. ALERTA SONORO PARA COMUNICAÇÃO ENTRE MOTORISTA E COLETORES. ILUMINAÇÃO NA PRAÇA DE CARGA. SINALIZADOR ROTATIVO DE SEGURANÇA (GIROFLEX) NA PORTA TRASEIRA. TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO E O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE HORA.		
02	434273-9	VEÍCULO CAMINHÃO TOCO. FABRICAÇÃO NACIONAL. ZERO KM. ANO/MODELO VIGENTE OU SUPERIOR. COR BRANCO. MOTOR DIESEL DE NO MÍNIMO 06 CILINDROS EM LINHA. GERENCIAMENTO MECÂNICO OU ELETRÔNICO. INJEÇÃO ELETRÔNICA. COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 230 CV. TRANSMISSÃO DE NO MÍNIMO 06 MARCHAS À FRENTE, SINCRONIZADAS E 01 À RÉ, COM REDUÇÃO E TOMADA DE FORÇA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO OU HIDRÁULICO E ALAVANCA POSICIONADA NO PAINEL; OBSERVAÇÃO: A TOMADA DE FORÇA DEVE SER ESPECÍFICA PARA A INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE HIDROJATO E NÃO PODERÁ SER INSTALADA POR TERCEIROS A FIM DE QUE A GARANTIA DO VEÍCULO NÃO SEJA COMPROMETIDA. A TOMADA DE FORÇA DEVE SER DE FÁBRICA OU INSTALADA PELO FABRICANTE DO VEÍCULO OU CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELA FÁBRICA. EMBREAGEM COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO. TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 275 LITROS; TANQUE DE ARLA 32 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 LITROS OU EQUIPADO COM EGR, DE TECNOLOGIA EURO 5, QUE ATENDE AS METAS DE EMISSÃO DE POLUENTES ESTABELECIDAS PELO PROCONVE P7, ONDE DISPENSA O USO DO ARLA 32. CONSTRUÇÃO: CHASSIS COM PBT MÍNIMO HOMOLOGADO DE 16.000 TONELADAS, 4X2, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 4.800 MM CHASSI ORIGINAL, CINTOS DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS, FREIOS A AR COM DUPLO CIRCUITO INDEPENDENTE, TAMBOR, ABS (SISTEMA DE ANTITRAVAMENTO DAS RODAS) DIREÇÃO HIDRÁULICA; EQUIPADO COM GIROFLEX PARA SINALIZAÇÃO; RODAS EM AÇO ESTAMPADO.	01	UNID.

		PNEUS ORIGINAIS; LAUDO DE SEGURANÇA VEICULAR. HOMOLOGAÇÃO CONFORME AS EXIGÊNCIAS DO CONTRAN E A LEGISLAÇÃO ATUAL; PARA O TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO, QUE ATENDA AO PROCONVE DO MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE.		
03	267828-4	<p>EQUIPAMENTO COMBINADO DE HIDROJATEAMENTO COM BOMBA TIPO: ALTERNATIVA TRÍPLEX DE SIMPLES EFEITO, PARA OPERAR SIMULTANEAMENTE (VÁCUO E HIDRO JATO); PRESSÃO MÍNIMA: 3000 PSI; VAZÃO MÍNIMA: 260 L/MIN; CABEÇOTE: EM AÇO ASTM-A-743 GRAU CF8 OU AISI 304; ÊMBOLOS: AÇO ASTM-A-743 GRAU CF8 OU AISI 304 COM ANÉIS DE VEDAÇÃO; UNIDADE DE ACIONAMENTO: COMPLETA COM VIRABREQUIM LUBRIFICADO POR SALPICO E BANHO A ÓLEO; CAMISAS COM ANÉIS DE VEDAÇÃO.</p> <p>ACIONAMENTO POR MOTOR A DIESEL INDEPENDENTE, COM POTENCIA MÍNIMA CONTINUA DE 131 CV E ROTAÇÃO 1.800 RPM, COM TRANSMISSÃO DIRETA ATRAVÉS DE REDUTOR DE ENGRENAGEM COM ACOPLAMENTO PARA EMBREAGEM; ACESÓRIOS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS VÁLVULA DE REGULAGEM DE PRESSÃO COM AJUSTE FINO; VÁLVULA DE SEGURANÇA CALIBRADA PARA ABERTURA 10% (DEZ POR CENTO) ACIMA DA PRESSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO; CIRCUITO DE ALIMENTAÇÃO DOTADO DE FILTRO DE SUCCÃO; CIRCUITO DE PRESSÃO COM "BYPASS" PARA TANQUE; 02 (DOIS) KITS COMPLETO DE ANÉIS GAXETAS SOBRESSALENTES RESERVE, IDÊNTICOS AO INSTALADO NA BOMBA ALTERNATIVA TRÍPLEX.</p> <p>SISTEMA HIDRÁULICO FUNCIONARA POR SISTEMA HIDRÁULICO: O BASCULAMENTO DO TANQUE, A TAMPA TRASEIRA, A ABERTURA DO CARRETEL, O LANÇAMENTO E O RECOLHIMENTO DA MANGUEIRA.</p> <p>BOMBA HIDRÁULICA DESLOCAMENTO MÍNIMO: 63 CM3/REVOLUÇÃO; PRESSÃO DE TRABALHO MÍNIMA: 2490 PSI.</p> <p>CILINDROS HIDRÁULICOS REFORÇADOS, SENDO O DE BASCULAMENTO DO TANQUE TELESCÓPICO DE TRÊS ESTÁGIOS; EFEITO: DUPLO; CURSO MÍNIMO: 2.200 MM; DIÂMETRO MÍNIMO DA CAMISA: 125 MM</p> <p>SISTEMA DE SUCCÃO A ALTO VÁCUO SISTEMA COM SEPARADOR ENTRE O MANCAL DE ROLAMENTO E CÂMARA DE VÁCUO COM ESPAÇAMENTO MÍNIMO DE 80 MM, PARA EVITAR QUE VAZAMENTO DE AGUA CONTAMINE O ÓLEO DO</p>	01	UNID.

	<p>MANCAL DE ROLAMENTO. BOMBA TIPO: VÁCUO COMPRESSOR DE ANEL LIQUIDO; CAPACIDADE DE DESLOCAMENTO MÍNIMA DE AR:12.000 L/MIN VÁCUO MÁXIMO: 95%; PRESSÃO MÍNIMA: 29 PSI DE PRESSÃO ABSOLUTA; INTERLIGAÇÃO DO CIRCUITO COM MOLA NA DIMENSÃO MÍNIMA DE 3“X1.1/2”, CONTENDO TERMINAIS, CURVA-SE ABRAÇADEIRAS. A UTILIZAÇÃO DE TUBOS NESTE MECANISMO NÃO SERÁ ACEITA. ACIONAMENTO ATRAVÉS DO MESMO MOTOR QUE ACIONA A BOMBA DE ALTA PRESSÃO COM ACOPLAMENTO POR EMBREAGEM, OPERANDO SIMULTANEAMENTE COM A BOMBA TRÍPLEX E A PLENA CARGA, COMANDADO ATRAVÉS DE CHAVE LIGA DESLIGA, CENTRALIZADO NO PAINEL DE OPERAÇÃO FIXO NA TRASEIRA DO EQUIPAMENTO. CIRCUITO PNEUMÁTICO CIRCUITO PARA LIGAÇÃO DA BOMBA VÁCUO COMPRESSOR AO TANQUE RESERVATÓRIO, E DEVERA SER COMPOSTO POR: VÁLVULA COM COMANDO MANUAL CENTRALIZADO; SIFÃO DEPURADOR; VÁLVULA DE RETENÇÃO PARA BLOQUEIO NO INÍCIO DO CIRCUITO PNEUMÁTICO QUANDO O TANQUE RESERVATÓRIO ATINGIR O NÍVEL CHEIO; MANO VACUÔMETRO DIÂMETRO MÍNIMO DE 4.1/2”, ESCALA 760 MMHG/3KGF/CM2, COM PREENCHIMENTO DE GLICERINA; CIRCUITO ELÉTRICO EQUIPAMENTO DEVERA TER CIRCUITO ELÉTRICO COM OS SEGUINTE COMPONENTES: SISTEMA DE PROTEÇÃO PARA O CIRCUITO ELÉTRICO MONTADO EM CAIXA DE ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, PROTEGIDO CONTRA ENTRADA DE AGUA; DISJUNTORES DE PROTEÇÃO COM AMPERAGENS ADEQUADAS PARA CADA CIRCUITO ELÉTRICO; FUSÍVEL DE PROTEÇÃO; CABO ELÉTRICO DE USO EXTERNO SERÁ DO TIPO “PP”. CONTROLE OPERACIONAL LOCALIZADO NA LATERAL TRASEIRA DO EQUIPAMENTO PRÓXIMO AO CARRETEL EM CAIXA COM VEDAÇÃO DA TAMPA POR BORRACHA. OS CONTROLES DE ABERTURA DA PORTA TRASEIRA E BASCULANTE DO TANQUE; ACELERADOR E AS VÁLVULAS DE PRESSÃO E DE RETORNO DE ACIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; DEVERÃO SER INSTALADOS, NO MESMO LUGAR, PRÓXIMOS AO SISTEMA DE ACIONAMENTO DO CARRETEL. SENDO COMPOSTO POR: LED VERMELHO DE TEMPERATURA ALTA;</p>	
--	--	--

	<p>LED VERMELHO DE PRESSÃO DO ÓLEO BAIXA; LED VERMELHO DE CARGA DA BACTÉRIA; BOTÃO VERMELHO DE PARADA DO MOTOR (STOP) ESTACIONÁRIO; CHAVE DE PARTIDA/PARADA DO MOTOR ESTACIONÁRIO; HORÍMETRO DE FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; INDICADOR DA TEMPERATURA DO MOTOR ESTACIONÁRIO; INDICADOR DE ROTAÇÕES DO MOTOR (CONTA-GIROS) ESTACIONÁRIO; INTERRUPTOR DE ACIONAMENTO DA LUZ PARA SERVIÇOS NOTURNOS; ALAVANCAS DE CONTROLE DO SISTEMA HIDRÁULICO (ABERTURA DO CARRETEL, BASCULAMENTO DO TANQUE, ABERTURA DA TAMPA TRASEIRA); COMANDO PARA ACIONAMENTO DA BOMBA DE VÁCUO, PRÓXIMO A BOMBA; COMANDO PARA ACIONAMENTO DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO, PRÓXIMO A BOMBA; BOTÕES PARA OS ACIONAMENTOS HIDRÁULICOS DE ABRIR E FECHAR DAS VÁLVULAS DE ESFERA 4", PARA SUÇÃO E DESCARGA; MANÔMETRO PREENCHIDO COM GLICERINA PARA INDICAÇÃO DA PRESSÃO DO CIRCUITO HIDRÁULICO DE OPERAÇÃO DO CARRETEL E SERVIÇOS AUXILIARES; 5.3.3.11.16 MANO VACUÔMETRO DIÂMETRO MÍNIMO DE 4.1/2", ESCALA 760 MMHG / 3KGF/CM2, COM PREENCHIMENTO DE GLICERINA INSTALADO NO SIFÃO DEPURADOR; ACELERADOR DO MOTOR ESTACIONÁRIO.</p> <p>TANQUE RESERVATÓRIO MATERIAL: AÇO CARBONO ASTM A-36; ESPESSURA: 1/4"; CAPACIDADE MÍNIMA: 7.000 LITROS, SENDO 3.000 LITROS PARA RESÍDUOS (SUÇÃO A VÁCUO) E 4.000 LITROS PARA ÁGUA (HIDROJATEAMENTO); GEOMETRIA: CILÍNDRICA, COM FUNDOS TORRE ESFÉRICOS, REFORÇADOS, SENDO O DIANTEIRO FIXO E O TRASEIRO ARTICULADO COM FUNÇÃO DE TAMPA, EQUIPADO COM SISTEMA HIDRÁULICO DE BASCULAMENTO COM INCLINAÇÃO MÍNIMA DE 40°, PARA RETIRADA DE DEJETOS E LIMPEZA DE SEU INTERIOR. DEVERA SER COMPOSTO NO MÍNIMO DE: TAMPA:</p> <p>ARTICULADA NA PARTE TRASEIRA COM ABERTURA ATRAVÉS DE PISTÃO HIDRÁULICO E FECHO ACIONADO HIDRAULICAMENTE ATRAVÉS DE VÁLVULA DE SEQUENCIA E RETENÇÃO. A TAMPA TRASEIRA EM AÇO CARBONO ASTM A-36 EM CHAPA 1/4" COM SUPORTE EM CHAPA DE 1/2", COM REFORÇO NA PARTE SUPERIOR DO TANQUE TAMBÉM EM CHAPA DE 1/2". O SISTEMA DE FECHAMENTO SEPARADO COM TRAVAS HIDRÁULI-</p>		
--	---	--	--



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

	<p>CAS DO ACIONAMENTO DOS CILINDROS DA TAMPA; 02 (DUAS) VÁLVULAS DE ESFERA EM AÇO INOX AISI 304, PASSAGEM PLENA, COM FLANGES 150 RF, DIÂMETRO NOMINAL MÍNIMO DE 4", COM ENGATE RÁPIDO PARA MANGOTE DIÂMETRO MÍNIMO DE 4", PARA SUÇÃO E DESCARGA; QUEBRA ONDAS NA PARTE INTERNA DOS RESERVATÓRIOS DE AGUA; ACESSO LATERAL PARA PARTE SUPERIOR; VÁLVULA DE ALÍVIO E SEGURANÇA INSTALADA PARA PRESSÃO DE ABERTURA MÍNIMA 8,5 PSI; VISOR DE NÍVEL PARA COMPARTIMENTO DE AGUA LIMPA, LOCALIZADO NA PARTE FRONTAL DO TANQUE RESERVATÓRIO INDICANDO NÍVEL MÍNIMO E MÁXIMO; VÁLVULA DE GAVETA EM AÇO INOX AISI 304 INSTALADA NO COMPARTIMENTO DE AGUA LIMPA, PARTE INFERIOR PARA DRENO E LIMPEZA, E ABASTECIMENTO ATRAVÉS DE HIDRANTE COM JUNTA TIPO "STORZ" 2 .", NO MÍNIMO; CALHA PARA ESCOAMENTO DOS DETRITOS, CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, FIXADA NA TRASEIRA DO TANQUE PARA DIRECIONAR O FLUXO DURANTE A DESCARGA, QUE ULTRAPASSA O PARA-CHOQUE, EVITANDO ENTORNAR RESÍDUOS NO VEÍCULO DURANTE A LIMPEZA INTERNA NO TANQUE; PROTETORES EM AÇO CARBONO PARA LANTERNAS TRASEIRAS; FILTRO INTERNO NO TANQUE ESPIRALADO DE RANHURA CONTINUA COM SISTEMA DE SOLDAGEM POR ELETRO FUSÃO CONSTRUÍDO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 4" E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,0 METRO PARA PERMITIR DRENAGEM DA AGUA, RETENDO O SÓLIDO PARA MAIOR AUTONOMIA DO TANQUE; 01 (UMA) TORNEIRA EXTERNA EM AÇO INOX AISI 304, PARA LAVAGEM DAS MÃOS.</p> <p>CARRETEL PRINCIPAL PARA ARMAZENAR 120 M DE MANGUEIRA DE 25 MM (1") DEVE ESTAR LOCALIZADO E FIXO NA TAMPA TRASEIRA DO TANQUE, COM SISTEMA DE ARTICULAÇÃO QUE PERMITA O POSICIONAMENTO EM VÁRIOS ÂNGULOS DE OPERAÇÃO COM ABERTURA MÁXIMA DE ATÉ 120º ATRAVÉS DE PISTÃO HIDRÁULICO; O CARRETEL DEVERÁ POSSUIR GUIA PARA ENROLAMENTO DA MANGUEIRA PARA EVITAR REMONTE E SOBREPOSIÇÃO DE CAMADAS DE FORMA IRREGULAR, E O FUNCIONAMENTO DO CARRETEL DEVERÁ SER INDEPENDENTE DO FUNCIONAMENTO DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO ACIONAMENTO: HIDRÁULICO</p>	
--	--	--

	<p>COM DUPLO SENTIDO DA ROTAÇÃO, COMANDO CENTRALIZADO NO CARRETEL E ROTAÇÃO VARIÁVEL, PARA LIMPEZA DE REDES DE ESGOTOS; SUPORTE DE FIXAÇÃO: EM AÇO CARBONO EM CHAPA DE 1/2"; COROA DUPLA, COM DIÂMETRO EXTERNO MÍNIMO DE 419,8 MM, 102DENTES, PASSO DE 1/2"; PINHÃO DUPLO, COM DIÂMETRO EXTERNO MÁXIMO DE 75,6 MM, 17DENTES, COM DE PASSO DE 1/2", AMBOS EM AÇOS ESPECIAIS; CORRENTE DE TRANSMISSÃO DUPLA, COM PASSO DE 1/2"; MOTOR HIDRÁULICO ORBITAL DE ALTO TORQUE, COM DESLOCAMENTO MÍNIMO DE 193CM³/REV, PRESSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO DE 2490PSI, PARA QUE CONSIGA LANÇAR E RECOLHER COM</p> <p>EFICIÊNCIA 240 (DUZENTOS E QUARENTA) METROS DE MANGUEIRA DE 1"; 120 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO EM LANCE ÚNICO DIÂMETROS MÍNIMO DE 25,4 MM (1"), COM RESPECTIVAS CONEXÕES, TODAS EM AÇO INOX AISI 304, PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS, SEM EMENDAS, CAPA PROTETORA EM POLIURETANO E TUBO INTERNO EM NYLON11 OU ELASTÔMERO TERMO PLÁSTICO (HYTREL), REFORÇO EM FIBRA KEVLAR OU FIBRA SINTÉTICA (POLYESTER) OU MATERIAIS SIMILARES COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA A ABRASÃO E PRESSÃO QUE ATENDA A</p> <p>SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: ESPESSURA MÍNIMA DA CAMADA = 1,50 MM; PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA= 3.000 PSI, PRESSÃO DE RUPTURA MÁXIMA = 7.500PSI, RAIOS DE CURVATURA MÍNIMO = 200 MM; PRESSÃO MÍNIMA DE TESTE = 3.000 PSI; 30 M DE MANGOTE PARA SUÇÃO E DESCARGA DE DIÂMETROS MÍNIMO DE 4" (100 MM) EM LANCES DE 15 M, COM CONEXÕES DE ENGATE RÁPIDO TOTALMENTE</p> <p>CONSTRUÍDAS EM AÇO INOX AISI 304 OU SIMILAR, PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 50 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO DIÂMETRO MÍNIMO DE 12,5 MM (1/2") PARA PISTOLA E LIMPEZA DE REDE DE AGUA POTÁVEL; 20 M DE MANGUEIRA DIÂMETRO MÍNIMO DE 70 MM COM CONEXÕES MÍNIMAS DE 2.1/2" PARA ABASTECIMENTO DO TANQUE POR HIDRANTE PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 01 (UMA) PISTOLA MANUAL HIDROJATEAMENTO PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS PARA PISTOLAS PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS PARA DESOBSTRUÇÃO TIPO</p>		
--	---	--	--

	<p>"LINE-MOLE" PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS ESPECIAIS PARA GORDURA TIPO "LINE-MOLE" PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO TIPO TIJOLO PARA LIMPEZA DE GALERIAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO TIPO TORPEDO PARA LIMPEZA DE GALERIAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO ROTATIVO COM JATOS RADIAIS COM PROPULSOR PARA LIMPEZA DE REDE DE AGUA POTÁVEL; 01 (UM) BICO ROTATIVO COM JATOS RADIAIS COM PROPULSOR PARA LIMPEZA DE REDE DE AGUA POTÁVEL; 01 (UM) GUIA PARA MANGUEIRA PARA ENTRADA NO POÇO DE VISITA COM PROTEÇÃO CONTRA QUINA NO INTERIOR DA REDE PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) FARÓIS COM FOCO DIRIGÍVEL PARA TRABALHO NOTURNO; 02 (DOIS) SINALEIROS ROTATIVOS OU INTERMITENTES, COM FUNCIONAMENTO EM CONJUNTO, SENDO 01 FIXO SOBRE A CABINE DO CAMINHÃO, NA COR ÂMBAR, E OUTRO NA PARTE TRASEIRA SUPERIOR DO TANQUE, NA COR LARANJA; 01 (UMA) CAIXA DE FERRAMENTAS NAS LATERAIS DO TANQUE, TODA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1/16" EM AÇO CARBONO ASTM A-36, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,4M, ALTURA MÍNIMA DE 0,5M, LARGURA MÍNIMA DE 0,5M, COM PORTAS DE ABERTURA PARA CIMA, SISTEMA TRAVAS REFORÇADO PARA MANTER ABERTAS E FECHAMENTO ATRAVÉS DE CADEADO N O E-40. COM AS SEGUINTE FERRAMENTAS: 1 PÁ, 1 ENXADA, 1 PICARETA, 1 ALAVANCA, 1 GADANHO, 15 M DE CORDA, 1 BALDE METÁLICO DE 10 L, 6 BENGALAS DE 80 CM; 06 (SEIS) CONES DE SINALIZAÇÃO, MODELO APROVADO PELO CONTRAN, BEM COMO DE UM SUPORTE PARA ARMAZENAMENTO DOS MESMOS QUANDO TRANSPORTADOS; 01 (UMA) ESCADA EM ALUMÍNIO OU FIBRA DE VIDRO COM 06 (SEIS) METROS DE COMPRIMENTO, BIPARTIDA EM 02 (DOIS) LANCES DE 03 (TRÊS) METROS, COM LARGURA MÁXIMA 45 (QUARENTA E CINCO) CENTÍMETROS E SUPORTE COM SEUS FIXADORES PARA O SEU TRANSPORTE, A QUAL DEVERA SER DISPOSTA LONGITUDINALMENTE A CARROCERIA E SOB A CABINE DA VIATURA, OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. PINTURA DO EQUIPAMENTO/TANQUES DEVERA SER FEITA DA SEGUINTE FORMA: PARTE INTERNA DO TANQUE: PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE: JA-</p>		
--	--	--	--

		<p>TEAMENTO ABRASIVO AO “METAL QUASE BRANCO”, NORMA SSPC-SP-10 COM PADRÃO VISUAL SIS 05.59001967 SA 2.1/2; TINTA DE FUNDO: EPOXI HB DE ALTA ESPESSURA, CROMATO DE ZINCO, CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 120MICRA; TINTA DE ACABAMENTO: EPOXI ALCATRÃO H BALTA ESPESSURA, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 120 MICRA; PARTE EXTERNA DO TANQUE E EQUIPAMENTO PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE: JATEAMENTO ABRASIVO AO “METAL QUASE BRANCO”, NORMA SSPC-SP-10, COM PADRÃO VISUAL SIS-05.59001967 SA 2.1/2; TINTA DE FUNDO: PRIMER EPÓXI, NA COR AMARELA, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 40 MICRA; TINTA DE ACABAMENTO: ESMALTE POLIURETANO ACRÍLICO, NA COR “BRANCO MUNSE LL N-9,5”, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 30 MICRA.</p>		
--	--	--	--	--

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, criada pela Lei n.º 2.476, de 05 de maio de 2015, é a Entidade responsável pela gestão dos resíduos sólidos urbanos nos distritos, comunidades e sede do município de Cáceres/MT.

2.2. Considerando que o serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares do município conta com uma frota mista de 05 veículos equipados com coletor e compactador de resíduos sólidos, sendo 03 veículos de propriedade desta Autarquia e 02 veículos locados através de processo licitatório.

2.3. Considerando o processo de implantação do serviço de coleta mecanizada, através de contêineres plásticos de capacidade volumetria de 1.000 litros cada, serviço esse realizado diariamente por esta Autarquia Municipal, nos distritos, comunidades e todo perímetro urbano do município de Cáceres/MT.

2.4. Justifica-se a futura e eventual aquisição, a priori, à atenuação em período de médio prazo, dos custos de operacionalização do serviço de coleta, transporte e destinação final adequado de resíduos sólidos domiciliares no município, através da substituição das despesas com locação, considerando os valores gastos com manutenção, para aquisição de veículos novos, possibilitando maior autonomia desta Autarquia no tocante à gestão dos resíduos sólidos domiciliares, bem como o atendimento ao princípio da economicidade.

2.5. Considerando, também, que o serviço de manutenção de redes coletoras de efluentes e Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) no município de Cáceres é de responsabilidade desta Autarquia, bem como a necessidade das manutenções nas redes de esgoto, como a desobstrução e limpeza da tubulação, e ainda a realização de limpeza mensal nos poços de entrada das ETES.

2.6. Considerando que o caminhão equipado com desentupidor convencional realiza apenas a sucção e, sendo limitado em relação ao seu poder de sucção, não desempenha de forma eficiente a limpeza interna da tubulação quanto ao acúmulo de detritos e gordura, o que acarreta na diminuição da vazão inicial projetada, causando o retorno de efluentes e o entupimento.

2.7. Considerando que um caminhão equipado com hidrojato realiza o serviço de desobstrução, incluindo a sucção convencional, através de uma mangueira com jato de água pressurizado, possibilitando que percorra toda a extensão da rede coletora e realize a limpeza e desobstrução da tubulação. Ademais o sistema de hidrojateamento também se mostra eficiente no que se refere à desobstrução da tubulação por objetos como exemplos: linhas, absorventes, cotonetes, cabelos, papéis, brinquedos e até mesmo latas de tintas, pois devido à alta pressão utilizada no sistema consegue realizar a desobstrução sem a necessidade de escavações e posteriormente danos na tubulação e vias asfaltadas no município.

2.8. Justifica-se, portanto, a futura e eventual aquisição, visando à melhoria em relação as manutenções preventivas e corretivas das redes coletoras de efluentes e das ETEs, cujos reparos, atualmente, são executados manualmente o que limita a eficiência e produtividade no município de Cáceres, tendo em vista o aumento significativo das redes coletoras.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os veículos em questão classificam-se como bens comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520, de 2002 e dos Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, por apresentarem padrões de qualidade e desempenho definidos objetivamente neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

4. VALOR ESTIMADO

4.1. Buscou-se a especificação do item que mais se assemelha ao objeto descrito no memorando nº 271/2018, na pesquisa realizada na página do TCE-MT, no sítio eletrônico, “Consulta Geral de Licitações”.

4.3. Utilizou-se como base de preços o valor disponibilizado na plataforma do TCE-MT, considerando às minúcias do presente Termo de Referência com o disposto no sítio governamental, bem como em pesquisas no mercado fornecedor.

4.4. Para o “item 2” e “item 3” do subitem “1.6” deste Termo de Referência, foram utilizados códigos que mais se assemelham aos produtos solicitados, porém, como preços de referência, foram utilizados as cotações no mercado devido a algumas divergências nas especificações.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que apresentar as especificações contidas neste termo e ofertar o menor preço unitário.

6. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O bem será recebido:

6.1.1. Provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta.

6.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 60 (sessenta) dias úteis do recebimento provisório.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

6.2. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da **CONTRATANTE**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. Se após o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à **CONTRATADA**, o prazo para a efetivação do **RECEBIMENTO DEFINITIVO** será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das irregularidades detectadas.

6.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 6.1.2 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.6. A proponente vencedora do item 02 do Quadro do objeto deste Termo de Referência, deverá entregar o veículo no local determinado pela proponente vencedora do item 03, sendo esta a responsável **PELA INSTALAÇÃO DO IMPLEMENTO DE HIDROJATEAMENTO**, ficando assim responsável pelo devido armazenamento, não permitindo a deterioração do material, e entrega em local determinado neste **TR**.

7. DO LOCAL DA ENTREGA

7.1. O objeto deverá ser entregue no almoxarifado do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL** de Cáceres, na Rua Voluntários da Pátria, nº 548, Centro, Cáceres/MT, CEP:78200-000, em data e horário previamente agendados com o responsável pelo Almoxarifado, acompanhado pelo Fiscal do Contrato Administrativo.

8. DO PRAZO PARA ENTREGA

8.1. O Caminhão 4x2 equipado com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m³ descrito no “item 01” do subitem “1.6”, deverá ser entregue no prazo máximo de 90 dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho.

8.2. A proponente vencedora do Caminhão 4x2 descrito no “item 02” do subitem “1.6”, deverá entregar no prazo 60 dias à empresa vencedora do “item 03” do subitem “1.6” - devendo esta entregar o veículo, já equipado com o equipamento hidrojato, no prazo de 60 dias a contar do recebimento do “item 02” e entregá-lo nas dependências do **SSAAP**. Para ambas, o prazo será contado a partir do recebimento da Nota de Empenho.

8.2.1. Caso seja a mesma proponente vencedora do item 02 e 03 do subitem “1.6”, contar-se-á o prazo de 120 dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho.

8.2. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pela Coordenadoria de Resíduos de Sólidos; e-mail para contato: aguasdopantanal.eco@gmail.com ou resi-



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

duos@aguasdopantanal.eco.br , a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Autarquia.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste **TERMO DE REFERÊNCIA**, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.1.2. Os veículos devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste **TERMO DE REFERÊNCIA**, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.5. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.8. Entregar os veículos de acordo com as especificações deste Termo de Referência, devidamente equipados com todos os itens exigidos pelo CONTRAN;

10.1.9. Apresentar junto com a Nota Fiscal/Fatura, declaração/termos/certificados relativos à garantia dos veículos, não inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de seu recebimento definitivo;

10.1.10. Efetuar a entrega dos veículos de acordo com as especificações e condições estipuladas neste Termo de Referência diretamente na Sede do SSAAP em Cáceres/MT;

10.1.11. Executar as revisões previstas de acordo com o manual do proprietário, levando em consideração a garantia de quilometragem ou de prazo, prevalecendo sempre aquela mais vantajosa para a Administração;

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A **CONTRATANTE** obriga-se a:

11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) veículo(s) recebido provisoriamente com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA**, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de servidor especialmente designado;

11.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no **TERMO DE REFERÊNCIA**;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DA JUSTIFICATIVA PELA ESCOLHA DA CONTRATADA E CREDENCIAÇÃO

12.1. A escolha da **CONTRATADA** se dará pela proposta mais vantajosa para a administração com base em consultas obtidas no TCE-MT e orçamentos auferidos ao mercado fornecedor, apresentando o menor preço unitário dos itens descrito alhures e cumprindo o que dispõe a Lei 8.666/93.

12.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar suas certidões regulares perante à administração, efetivando, assim, a possibilidade de contratação.

13. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. Consoante o art. 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas deste processo correrão com recursos próprios da Águas do Pantanal, na seguinte dotação:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.18.01	17.512.1011.1209	04.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	100 – Recursos Ordinários Próprios
04.18.01	17.512.1007.1233	04.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	100 – Recursos Ordinários Próprios



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

		te	
--	--	----	--

15. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado à **CONTRATADA** 30 (trinta) dias após a entrega do objeto e do documento fiscal em tempo oportuno dos trâmites legais da nota fiscal, a qual será devidamente atestada pelo servidor designado pela **CONTRATANTE**, cumpridas todas as exigências contratuais.

15.2. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

15.3. Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal, esta será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

15.4. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará, aceitação definitiva do fornecimento.

15.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

16. DA GARANTIA

16.1. A empresa contratada deverá prestar garantia do objeto do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, assegurando a execução do contrato considerando o seu valor total contratado, sob pena de decair o direito a contratação.

17. DA VIGÊNCIA

17.1. Este instrumento vigorará pelo período de 12 (doze) meses com início a partir da data de sua assinatura.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer uma das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Fraudar na execução do contrato;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal;

18.1.6. Não mantiver a proposta.

18.2. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;

18.3. Multa moratória de 0,5 % (cinco décimos de um por cento) por uma quinzena de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

18.3.1. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso, de inexecução total do objeto;

18.3.2. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados;

18.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, inciso III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

19.1. Salientamos a necessidade de que o contrato deverá ser gerado em 04 (quatro) vias de igual teor.

20. DA PARTICIPAÇÃO.

20.1. Da exigência do primeiro registro (constante nas especificações técnicas dos objetos):

20.1.1. A Lei nº 6729/79, também conhecida como Lei Ferrari, disciplina a relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidores de veículos automotores de via terrestre e por suas disposições, é possível verificar que o veículo zero km (novo) somente pode ser comercializado por concessionário (ou distribuidor), conforme terminologia legal. (art. 1º e 2º).

20.1.2. Mais adiante, em seu art. 12º, verifica-se que a supracitada Lei compõe ao concessionário a obrigatoriedade de vender o veículo apenas ao consumidor final, vedando a comercialização de veículos novos para fins de revenda.

20.1.3. Fora dessas situações, o emplacamento já não será de um veículo novo, mas seminovo. Assim, como a venda do veículo novo somente pode ser efetuada por concessionário ou fabricante ao consumidor final, e este, nos termos do art. 120 do CTB.



**Águas do
Pantanal**
Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

20.1.4. Outro ponto a ser observado é a emissão de nota fiscal em nome do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal para emissão do Certificado de Registro de Veículo prevista no inciso II do art. 122 do CTB que apenas os fabricantes/montadora e as concessionárias podem emitir diretamente para a Administração Pública, que por sua vez, realizará o primeiro emplacamento do veículo diretamente para o seu nome.

Cáceres/MT, 07 de dezembro de 2018.

ELABORADO POR:

GEOVANA CARNEIRO DE MENEZES
Assessora Técnica Operacional

VISTO POR:

MARCOS DE BARROS PACHECO
Coordenador de Compras

VISTO POR:

ODINER GONÇALVES DE SÁ
Assessor Administrativo e Financeiro

APROVADO POR:

PAULO DONIZETE DA COSTA
Diretor Executivo



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA

Licitação: nº 03/2019

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: MENOR PREÇO POR ÍTEM

Consumidora: Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL**-Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT

Licitante: _____ C.N.P.J

Tel. Fax: (____)_____ E-mail _____ Tel. (____)_____ Celular:
(____)_____ Endereço _____

Conta Corrente: _____ Agência: _____ Banco: _____

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa Proposta Comercial referente a Registro de Preços para futura e eventual aquisição de, a fim de atender a demanda da Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL**-Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
4						
5						



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

6						
7						

OBS: Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, lucro, frete, transporte, impostos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

Valor Total da Proposta é de: R\$ _____ (_____).

Nome por extenso do Representante Legal: _____

CPF/MF: _____

Validade da Proposta: _____

Cidade/UF, ____ de ____ de 2019.

CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO III
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A

Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL**-Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT

REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Indicamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº. _____, órgão expedidor _____ e do CPF/MF Nº. _____ como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS DE PREÇOS, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, FORMULAR OFERTA E DAR LANCES, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Informações Importantes:

CNPJ/MF nº. _____

Inscrição Estadual nº. _____

Razão Social: _____

Nome de Fantasia: _____

Cidade/UF, ____ de ____ de 2019.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

Atenciosamente,

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa:

OBS.: Deverá ser reconhecida a firma em caso de representação por meio de procuração/credenciamento particular.

ANEXO IV
MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA
(PAPEL TIMBRADO DO EMITENTE DO ATESTADO)

A empresa _____, CNPJ/MF nº _____, Inscrição Estadual Nº. _____ estabelecida na rua e/ou avenida _____ nº. _____, Telefone: _____, atesta para os devidos fins que a Empresa _____, com sede na _____, executa/executou o objeto desta licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

01. _____;

02. _____;

03. _____.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2019.

Representante Legal da Empresa emitente desse atestado e sua assinatura
RG e CFP/MF:



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

ANEXO V

REQUERIMENTO DE BENEFICIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº. _____ SSP/_____ e inscrito no CPF/MF nº _____, representante da empresa _____, CNPJ/MF nº. _____, solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2019 seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da Lei Complementar nº. 123/2006.

Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 que impeçam a participação neste certame.

Declaramos também que:

- () Somos optante do simples nacional.
- () NÃO somos optante do simples nacional.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

Cidade/UF, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF:

CNPJ/MF da empresa

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO (EMPREGADOR PESSOA JURIDICA)
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À: Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL**-Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ÍTEM

_____, (Nome da Empresa) CNPJ Nº. _____, sediada na _____, nº. ____, bairro, _____, CEP _____, Município/Estado _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da presente licitação, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº.9.854/1999.
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº. 04/90).
- Declarar que não se encontra sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissoluções ou liquidações.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

– Assume inteira responsabilidade pela perfeita execução/aquisição do objeto dessa licitação, que tem pleno conhecimento das condições estabelecidas, está de acordo com todas as cláusulas, itens e condições do presente Edital e seus anexos, e atende todas as normas aplicáveis ao objeto. Não podendo em qualquer hipótese, invocar circunstância alguma, como elemento eventualmente impeditivo do perfeito cumprimento das obrigações.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, pelo presente instrumento, a Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL**-Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 22.794.608/0001-78, com sede na Rua Antônio João, nº 100 - Centro - CEP 78200-000 – Fones (65) 3223-6900– CÁ CERES-MT, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº. _____ e do CPF nº. _____ neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, com sede na _____, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Sr^(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, CPF/MF n.º _____, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2019**, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada do ITEM, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

1 CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. 1. Pregão Eletrônico tendo por objeto a contratação de empresa especializada para Futura e Eventual aquisição de veículos sendo, 03 Caminhões com tração 4x2 equipado com compactador de lixo de 15m³, 01 Caminhão 4x2 e 01 Equipamento de Hidrojateamento, por meio do sistema de registro de preços, visando atender às necessidades e atividades desempenhadas pelo **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL- SSAAP**.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços – SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido o disposto no art. 57, da Lei nº. 8666, 21 de junho de 1993.

3. CLAUSULA TERCEIRA – DA REGENCIA DA PRESENTE ATA

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Serviço de Saneamento Ambiental ÁGUAS DO PANTANAL, no seu aspecto operacional e a Assessoria Jurídica nas questões legais.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES, PRAZO DE ENTREGA, GARANTIA E RECEBIMENTO DO MATERIAL LICITADO

4.1. Os objetos deverão ser fornecidos em conformidade com as normas e legislação vigentes.

4.2. A especificação dos objetos pretendidos encontra-se definida no quadro abaixo:

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID.
01	00012717	VEÍCULO CAMINHÃO TOCO. FABRICAÇÃO NACIONAL. ZERO KM. ANO/MODELO VIGENTE OU SUPERIOR. COR BRANCO. MOTOR DIESEL DE 06 CILINDROS. GERENCIAMENTO MECÂNICO OU ELETRÔNICO. INJEÇÃO ELETRÔNICA. POTÊNCIA MÍNIMA DE 260 CV. TRANSMISSÃO DE NO MÍNIMO 09 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ. EMBREAGEM MONODISCO SECO. FREIO DE SERVIÇO A AR DE DOIS CIRCUITOS E TAMBOR NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRA COM SISTEMA ABS COM EBD. FREIO ESTACIONÁRIO. EIXO TRASEIRO COM DUPLA REDUÇÃO. TRAÇÃO 4X2. BARRAMENTO LATERAL ENTRE EIXOS (PROTEÇÃO PARA CICLISTA). SINALIZAÇÃO SONORA PARA MARCHA A RÉ. CABINE SIMPLES COM CAPACIDADE E ACENTOS PARA 03 PASSAGEIROS, INCLUINDO O MOTORISTA. BANCO DO MOTORISTA COM SUSPENSÃO PNEUMÁTICA. SAÍDA DE AR COMPRIMIDO NA CABINE COM MANGUEIRA E PISTOLA INSTALADAS. AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA. VIDROS ELÉTRICOS ORIGINAIS DE FÁBRICA. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA ORIGINAL DE FÁBRICA. SISTEMA ELÉTRICO DE NO MÍNIMO 12V COM TOMADA NO PAINEL. TACÓGRAFO. SISTEMA DE SOM COM RÁDIO AM/FM, CD/DVD E ENTRADA USB COM 02 ALTO FALANTES NA CABINE E ANTENA EXTERNA. TAPETES DE BORRACHA. ASSOALHO DA CABINE REVESTIDO EM VINIL. SUPORTE LATERAL PARA PÁ E VASSOURA. QUEBRA SOL EXTERNO. ESTEPE COM SUPORTE JÁ ADAPTADO NO CAMINHÃO. TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO DE 270 LITROS. TANQUE DE ARLA 32 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 LITROS OU EQUIPADO COM EGR, DE TECNOLOGIA EURO 5, QUE ATENDE AS	03	UNID.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

	<p>METAS DE EMISSÃO DE POLUENTES ESTABELECIDAS PELO PROCONVE P7, ONDE DISPENSA O USO DO ARLA32. PESO BRUTO TOTAL (PBT) 16.000 KG. CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO (CMT) 35.000 KG. RODAS EM AÇO DE MEDIDAS 22.5 X 7.5 POLEGADAS. PNEUS ORIGINAIS DE FÁBRICA E HOMOLOGADO PELA MONTADORA DE MEDIDAS 275/80 R22.5, PNEUS TRASEIROS COM BANDA DE RODAGEM MISTA. TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO E O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CHAVE DE RODAS, MACACO HIDRÁULICO, SINALIZAÇÃO E ETC.). GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM.</p> <p>EQUIPADO COM: CAIXA COLETORA DE LIXO COM COMPACTADOR HIDRÁULICO. PINTURA EPÓXI OU EQUIVALENTE NA COR BRANCA EM TODA EXTENSÃO DA CAIXA COLETORA E NA COR VERDE NA PORTA TRASEIRA. CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 15M³ DE MATERIAL COMPACTADO. PRAÇA DE CARGA COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA DE 2M³. CAIXA MONOBLOCO COM PAREDES LATERAIS E TETO LISOS. CANALETA CENTRAL PARA GUIA DO PAINEL EJETOR. CALHA DE CHORUME COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA DE 120 LITROS COM VÁLVULA DE ESCOAMENTO. DISPOSITIVO HIDRÁULICO INFERIOR BASCULANTE DE CONTÊINER (CAPACIDADE DE 1.000 LITROS) PLÁSTICO E METÁLICO. RESERVATÓRIO DE ÓLEO HIDRÁULICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 160 LITROS COM VISOR EXTERNO DE NÍVEL. TRAVAMENTO MANUAL DA PORTA TRASEIRA. PISTÕES HIDRÁULICOS COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO NO FIM DO CURSO. COMANDO DE COMPACTAÇÃO COM SISTEMA DE SEGURANÇA PARA INVERTER O CICLO DE COMPACTAÇÃO A QUALQUER MOMENTO. ESTRIBO TRASEIRO FABRICADO EM AÇO ANTIDERRAPANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 03 COLETORES. CORRIMÃO TRASEIRO SUPERIOR E LATERAL COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 03 COLETORES. ALERTA SONORO PARA COMUNICAÇÃO ENTRE MOTORISTA E COLETORES. ILUMINAÇÃO NA PRAÇA DE CARGA. SINALIZADOR ROTATIVO DE SEGURANÇA (GIROFLEX) NA PORTA TRASEIRA. TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO E O CONSELHO NACIONAL DE</p>	
--	--	--



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

		TRÂNSITO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE HORA.		
02	434273-9	VEÍCULO CAMINHÃO TOCO. FABRICAÇÃO NACIONAL. ZERO KM. ANO/MODELO VIGENTE OU SUPERIOR. COR BRANCO. MOTOR DIESEL DE NO MÍNIMO 06 CILINDROS EM LINHA. GERENCIAMENTO MECÂNICO OU ELETRÔNICO. INJEÇÃO ELETRÔNICA. COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 230 CV. TRANSMISSÃO DE NO MÍNIMO 06 MARCHAS À FRENTE, SINCRONIZADAS E 01 À RÉ, COM REDUÇÃO E TOMADA DE FORÇA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO OU HIDRÁULICO E ALAVANCA POSICIONADA NO PAINEL; OBSERVAÇÃO: A TOMADA DE FORÇA DEVE SER ESPECÍFICA PARA A INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE HIDROJATO E NÃO PODERÁ SER INSTALADA POR TERCEIROS A FIM DE QUE A GARANTIA DO VEÍCULO NÃO SEJA COMPROMETIDA. A TOMADA DE FORÇA DEVE SER DE FÁBRICA OU INSTALADA PELO FABRICANTE DO VEÍCULO OU CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELA FÁBRICA. EMBREAGEM COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO. TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 275 LITROS; TANQUE DE ARLA 32 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 LITROS OU EQUIPADO COM EGR, DE TECNOLOGIA EURO 5, QUE ATENDE AS METAS DE EMISSÃO DE POLUENTES ESTABELECIDAS PELO PROCONVE P7, ONDE DISPENSA O USO DO ARLA 32. CONSTRUÇÃO: CHASSIS COM PBT MÍNIMO HOMOLOGADO DE 16.000 TONELADAS, 4X2, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 4.800 MM CHASSI ORIGINAL, CINTOS DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS, FREIOS A AR COM DUPLO CIRCUITO INDEPENDENTE, TAMBOR, ABS (SISTEMA DE ANTITRAVAMENTO DAS RODAS) DIREÇÃO HIDRÁULICA; EQUIPADO COM GIROFLEX PARA SINALIZAÇÃO; RODAS EM AÇO ESTAMPADO. PNEUS ORIGINAIS; LAUDO DE SEGURANÇA VEICULAR. HOMOLOGAÇÃO CONFORME AS EXIGÊNCIAS DO CONTRAN E A LEGISLAÇÃO ATUAL; PARA O TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO, QUE ATENDA AO PROCONVE DO MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE.	01	UNID.
03	267828-4	EQUIPAMENTO COMBINADO DE HIDROJATEAMENTO COM BOMBA TIPO: ALTERNATIVA TRÍPLEX DE SIMPLES EFEITO, PARA OPERAR SIMULTANEAMENTE (VÁCUO E HIDRO JATO); PRESSÃO MÍNIMA: 3000 PSI; VAZÃO MÍNIMA: 260 L/MIN; CABEÇOTE: EM AÇO ASTM-A-743 GRAU CF8 OU AISI 304; ÊMBOLOS: AÇO ASTM-A-743 GRAU CF8 OU AISI 304 COM ANÉIS DE VEDAÇÃO;	01	UNID.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

	<p>UNIDADE DE ACIONAMENTO: COMPLETA COM VIRABREQUIM LUBRIFICADO POR SALPICO E BANHO A ÓLEO; CAMISAS COM ANÉIS DE VEDAÇÃO.</p> <p>ACIONAMENTO POR MOTOR A DIESEL INDEPENDENTE, COM POTENCIA MÍNIMA CONTINUA DE 131 CV E ROTAÇÃO 1.800 RPM, COM TRANSMISSÃO DIRETA ATRAVÉS DE REDUTOR DE ENGRENAGEM COM ACOPLAMENTO PARA EMBREAGEM; ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES OBRIGATORIOS VÁLVULA DE REGULAGEM DE PRESSÃO COM AJUSTE FINO; VÁLVULA DE SEGURANÇA CALIBRADA PARA ABERTURA 10% (DEZ POR CENTO) ACIMA DA PRESSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO; CIRCUITO DE ALIMENTAÇÃO DOTADO DE FILTRO DE SUCCÃO; CIRCUITO DE PRESSÃO COM "BYPASS" PARA TANQUE; 02 (DOIS) KITS COMPLETO DE ANÉIS GAXETAS SOBRESSALENTES RESERVE, IDÊNTICOS AO INSTALADO NA BOMBA ALTERNATIVA TRÍPLEX.</p> <p>SISTEMA HIDRÁULICO FUNCIONARA POR SISTEMA HIDRÁULICO: O BASCULAMENTO DO TANQUE, A TAMPAS TRASEIRA, A ABERTURA DO CARRETEL, O LANÇAMENTO E O RECOLHIMENTO DA MANGUEIRA.</p> <p>BOMBA HIDRÁULICA DESLOCAMENTO MÍNIMO: 63 CM3/REVOLUÇÃO; PRESSÃO DE TRABALHO MÍNIMA: 2490 PSI.</p> <p>CILINDROS HIDRÁULICOS REFORÇADOS, SENDO O DE BASCULAMENTO DO TANQUE TELESCÓPICO DE TRÊS ESTÁGIOS; EFEITO: DUPLO; CURSO MÍNIMO: 2.200 MM; DIÂMETRO MÍNIMO DA CAMISA: 125 MM</p> <p>SISTEMA DE SUCCÃO A ALTO VÁCUO</p> <p>SISTEMA COM SEPARADOR ENTRE O MANCAL DE ROLAMENTO E CÂMARA DE VÁCUO COM ESPAÇAMENTO MÍNIMO DE 80 MM, PARA EVITAR QUE VAZAMENTO DE AGUA CONTAMINE O ÓLEO DO MANCAL DE ROLAMENTO.</p> <p>BOMBA TIPO: VÁCUO COMPRESSOR DE ANEL LIQUIDO; CAPACIDADE DE DESLOCAMENTO MÍNIMA DE AR:12.000 L/MIN VÁCUO MÁXIMO: 95%; PRESSÃO MÍNIMA: 29 PSI DE PRESSÃO ABSOLUTA; INTERLIGAÇÃO DO CIRCUITO COM MOLA NA DIMENSÃO MÍNIMA DE 3"X1.1/2", CONTENDO TERMINAIS, CURVA-SE ABRAÇADEIRAS. A UTILIZAÇÃO DE TUBOS NESTE MECANISMO NÃO SERÁ ACEITA.</p> <p>ACIONAMENTO ATRAVÉS DO MESMO MOTOR QUE ACIONA A BOMBA DE ALTA PRESSÃO COM ACOPLAMENTO POR EMBREAGEM, OPERANDO</p>	
--	--	--

		<p>SIMULTANEAMENTE COM A BOMBA TRÍPLEX E A PLENA CARGA, COMANDADO ATRAVÉS DE CHAVE LIGA DESLIGA, CENTRALIZADO NO PAINEL DE OPERAÇÃO FIXO NA TRASEIRA DO EQUIPAMENTO.</p> <p>CIRCUITO PNEUMÁTICO CIRCUITO PARA LIGAÇÃO DA BOMBA VÁCUO COMPRESSOR AO TANQUE RESERVATÓRIO, E DEVERA SER COMPOSTO POR: VÁLVULA COM COMANDO MANUAL CENTRALIZADO; SIFÃO DEPURADOR; VÁLVULA DE RETENÇÃO PARA BLOQUEIO NO INICIO DO CIRCUITO PNEUMÁTICO QUANDO O TANQUE RESERVATÓRIO ATINGIR O NÍVEL CHEIO; MANO VACUÔMETRO DIÂMETRO MÍNIMO DE 4.1/2", ESCALA 760 MMHG/3KGF/CM2, COM PREENCHIMENTO DE GLICERINA;</p> <p>CIRCUITO ELÉTRICO EQUIPAMENTO DEVERA TER CIRCUITO ELÉTRICO COM OS SEGUINTE COMPONENTES: SISTEMA DE PROTEÇÃO PARA O CIRCUITO ELÉTRICO</p> <p>MONTADO EM CAIXA DE ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, PROTEGIDO CONTRA ENTRADA DE AGUA; DISJUNTORES DE PROTEÇÃO COM AMPERAGENS ADEQUADAS PARA CADA CIRCUITO ELÉTRICO; FUSÍVEL DE PROTEÇÃO; CABO ELÉTRICO DE USO EXTERNO SERÁ DO TIPO “PP”. CONTROLE OPERACIONAL LOCALIZADO NA LATERAL TRASEIRA DO EQUIPAMENTO PRÓXIMO AO CARRETEL EM CAIXA COM VEDAÇÃO DA TAMPA POR BORRACHA. OS CONTROLES DE ABERTURA DA PORTA TRASEIRA E BASCULANTE DO TANQUE; ACELERADOR E AS VÁLVULAS DE PRESSÃO E DE RETORNO DE ACIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; DEVERÃO SER INSTALADOS, NO MESMO LUGAR, PRÓXIMOS AO SISTEMA DE ACIONAMENTO DO CARRETEL.</p> <p>SENDO COMPOSTO POR: LED VERMELHO DE TEMPERATURA ALTA;</p> <p>LED VERMELHO DE PRESSÃO DO ÓLEO BAIXA;</p> <p>LED VERMELHO DE CARGA DA BACTÉRIA;</p> <p>BOTÃO VERMELHO DE PARADA DO MOTOR (STOP) ESTACIONÁRIO; CHAVE DE PARTIDA/PARADA DO MOTOR ESTACIONÁRIO; HORÍMETRO DE FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; INDICADOR DA TEMPERATURA DO MOTOR ESTACIONÁRIO; INDICADOR DE ROTAÇÕES DO MOTOR (CONTA-GIROS) ESTACIONÁRIO; INTERRUPTOR DE ACIONAMENTO DA LUZ PARA SERVIÇOS NOTURNOS; ALAVANCAS DE CONTROLE DO SISTEMA HIDRÁULICO (ABERTURA DO CARRETEL, BASCULAMENTO DO TANQUE, ABERTU-</p>	
--	--	--	--

		<p>RA DA TAMPA TRASEIRA); COMANDO PARA ACIONAMENTO DA BOMBA DE VÁCUO, PRÓXIMO A BOMBA; COMANDO PARA ACIONAMENTO DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO, PRÓXIMO A BOMBA; BOTÕES PARA OS ACIONAMENTOS HIDRÁULICOS DE ABRIR E FECHAR DAS VÁLVULAS DE ESFERA 4", PARA SUÇÃO E DESCARGA; MANÔMETRO PREENCHIDO COM GLICERINA PARA INDICAÇÃO DA PRESSÃO DO CIRCUITO HIDRÁULICO DE OPERAÇÃO DO CARRETEL E SERVIÇOS AUXILIARES;5.3.3.11.16 MANO VACUÔMETRO DIÂMETRO MÍNIMO DE 4.1/2", ESCALA 760 MMHG / 3KGF/CM2, COM PREENCHIMENTO DE GLICERINA INSTALADO NO SIFÃO DEPURADOR; ACELERADOR DO MOTOR ESTACIONÁRIO.</p> <p>TANQUE RESERVATÓRIO MATERIAL: AÇO CARBONO ASTM A-36; ESPESSURA: 1/4"; CAPACIDADE MÍNIMA: 7.000 LITROS, SENDO 3.000 LITROS PARA RESÍDUOS(SUÇÃO A VÁCUO) E 4.000 LITROS PARA ÁGUA (HIDROJATEAMENTO); GEOMETRIA: CILÍNDRICA, COM FUNDOS TORRE ESFÉRICOS, REFORÇADOS, SENDO O DIANTEIRO FIXO E O TRASEIRO ARTICULADO COM FUNÇÃO DE TAMPA, EQUIPADO COM SISTEMA HIDRÁULICO DE BASCULAMENTO COM INCLINAÇÃO MÍNIMA DE 40°,PARA RETIRADA DE DEJETOS E LIMPEZA DE SEU INTERIOR. DEVERA SER COMPOSTO NO MÍNIMO DE: TAMPA: ARTICULADA NA PARTE TRASEIRA COM ABERTURA ATRAVÉS DE PISTÃO HIDRÁULICO E FECHO ACIONADO HIDRAULICAMENTE ATRAVÉS DE VÁLVULA DE SEQUENCIA E RETENÇÃO. A TAMPA TRASEIRA EM AÇO CARBONO ASTM A-36 EM CHAPA 1/4" COM SUPORTE EM CHAPA DE 1/2", COM REFORÇO NA PARTE SUPERIOR DO TANQUE TAMBÉM EM CHAPA DE 1/2". O SISTEMA DE FECHAMENTO SEPARADO COM TRAVAS HIDRÁULICAS DO ACIONAMENTO DOS CILINDROS DA TAMPA;02 (DUAS)VÁLVULAS DE ESFERA EM AÇO INOX AISI 304,PASSAGEM PLENA, COM FLANGES 150 RF, DIÂMETRO NOMINAL MÍNIMO DE 4", COM ENGATE RÁPIDO PARA MANGOTE DIÂMETRO MÍNIMO DE 4", PARA SUÇÃO E DESCARGA; QUEBRA ONDAS NA PARTE INTERNA DOS RESERVATÓRIOS DE AGUA; ACESSO LATERAL PARA PARTE SUPERIOR; VÁLVULA DE ALIVIO E SEGURANÇA INSTALADA PARA PRESSÃO DE ABERTURA MÍNIMA 8,5 PSI; VISOR DE NÍVEL PARA COMPARTIMENTO DE AGUA LIMPA, LOCALIZADO NA PARTE FRONTAL DO TAN-</p>		
--	--	--	--	--



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

	<p>QUE RESERVATÓRIO INDICANDO NÍVEL MÍNIMO E MÁXIMO; VÁLVULA DE GAVETA EM AÇO INOX AISI 304 INSTALADA NO COMPARTIMENTO DE AGUA LIMPA, PARTE INFERIOR PARA DRENO E LIMPEZA, E ABASTECIMENTO ATRAVÉS DE HIDRANTE COM JUNTA TIPO "STORZ" 2 .", NO MÍNIMO; CALHA PARA ESCOAMENTO DOS DETRITOS, CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, FIXADA NA TRASEIRA DO TANQUE PARA DIRECIONAR O FLUXO DURANTE A DESCARGA, QUE ULTRAPASSA O PARACHOQUE, EVITANDO ENTORNAR RESÍDUOS NO VEÍCULO DURANTE A LIMPEZA INTERNA NO TANQUE; PROTETORES EM AÇO CARBONO PARA LANTERNAS TRASEIRAS; FILTRO INTERNO NO TANQUE ESPIRALADO DE RANHURA CONTINUA COM SISTEMA DE SOLDAGEM POR ELETRO FUSÃO CONSTRUÍDO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 4" E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,0 METRO PARA PERMITIRÁ DRENAGEM DA AGUA, RETENDO O SOLIDO PARA MAIOR AUTONOMIA DO TANQUE; 01 (UMA) TORNEIRA EXTERNA EM AÇO INOX AISI 304, PARA LAVAGEM DAS MÃOS.</p> <p>CARRETEL PRINCIPAL PARA ARMAZENAR 120 M DE MANGUEIRA DE 25 MM (1") DEVE ESTAR LOCALIZADO E FIXO NA TAMPA TRASEIRA DO TANQUE, COM SISTEMA DE ARTICULAÇÃO QUE PERMITA O POSICIONAMENTO EM VÁRIOS ÂNGULOS DE OPERAÇÃO COM ABERTURA MÁXIMA DE ATÉ 120º ATRAVÉS DE PISTÃO HIDRÁULICO; O CARRETEL DEVERA POSSUIR GUIA PARA ENROLAMENTO DA MANGUEIRA PARA EVITAR REMONTE E SOBREPOSIÇÃO DE CAMADAS DE FORMA IRREGULAR, E O FUNCIONAMENTO DO CARRETEL DEVERA SER INDEPENDENTE DO FUNCIONAMENTO DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO ACIONAMENTO: HIDRÁULICO COM DUPLO SENTIDO DA ROTAÇÃO, COMANDO CENTRALIZADO NO CARRETEL E ROTAÇÃO VARIÁVEL, PARA LIMPEZA DE REDES DE ESGOTOS; SUPORTE DE FIXAÇÃO: EM AÇO CARBONO EM CHAPA DE 1/2"; COROA DUPLA, COM DIÂMETRO EXTERNO MÍNIMO DE 419,8 MM, 102 DENTES, PASSO DE 1/2"; PINHÃO DUPLO, COM DIÂMETRO EXTERNO MÁXIMO DE 75,6 MM, 17 DENTES, COM DE PASSO DE 1/2", AMBOS EM AÇOS ESPECIAIS; CORRENTE DE TRANSMISSÃO DUPLA, COM PASSO DE 1/2"; MOTOR HIDRÁULICO ORBITAL DE</p>	
--	--	--

	<p>ALTO TORQUE, COM DESLOCAMENTO MÍNIMO DE 193CM3/REV, PRESSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO DE 2490PSI, PARA QUE CONSIGA LANÇAR E RECOLHER COM EFICIÊNCIA 240 (DUZENTOS E QUARENTA) METROS DE MANGUEIRA DE 1”; 120 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO EM LANCE ÚNICO DIÂMETROS MÍNIMO DE 25,4 MM (1”), COM RESPECTIVAS CONEXÕES, TODAS EM AÇO INOX AISI 304, PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS, SEM EMENDAS, CAPA PROTETORA EM POLIURETANO E TUBO INTERNO EM NYLON11 OU ELASTÔMERO TERMO PLÁSTICO (HYTREL), REFORÇO EM FIBRA KEVLAR OU FIBRA SINTÉTICA (POLYESTER) OU MATERIAIS SIMILARES COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA A ABRASÃO E PRESSÃO QUE ATENDA A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: ESPESSURA MÍNIMA DA CAMADA = 1,50 MM; PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA= 3.000 PSI, PRESSÃO DE RUPTURA MÁXIMA = 7.500PSI, RAIOS DE CURVATURA MÍNIMO = 200 MM; PRESSÃO MÍNIMA DE TESTE = 3.000 PSI; 30 M DE MANGOTE PARA SUÇÃO E DESCARGA DE DIÂMETROS MÍNIMO DE 4” (100 MM) EM LANÇES DE 15 M, COM CONEXÕES DE ENGATE RÁPIDO TOTALMENTE CONSTRUÍDAS EM AÇO INOX AISI 304 OU SIMILAR, PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 50 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO DIÂMETRO MÍNIMO DE 12,5 MM (1/2”) PARA PISTOLA E LIMPEZA DE REDE DE AGUA POTÁVEL; 20 M DE MANGUEIRA DIÂMETRO MÍNIMO DE 70 MM COM CONEXÕES MÍNIMAS DE 2.1/2” PARA ABASTECIMENTO DO TANQUE POR HIDRANTE PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 01 (UMA) PISTOLA MANUAL HIDROJATEAMENTO PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS PARA PISTOLAS PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS PARA DESOBSTRUÇÃO TIPO "LINE-MOLE" PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS ESPECIAIS PARA GORDURA TIPO "LINE-MOLE" PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO TIPO TIJOLO PARA LIMPEZA DE GALERIAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO TIPO TORPEDO PARA LIMPEZA DE GALERIAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO ROTATIVO COM JATOS RADIAIS COM PROPULSOR PARA LIMPEZA DE REDE DE AGUA</p>	
--	--	--

		<p>POTÁVEL; 01 (UM) BICO ROTATIVO COM JATOS RADIAIS COM PROPULSOR PARA LIMPEZA DE REDE</p> <p>DE AGUA POTÁVEL; 01 (UM) GUIA PARA MANGUEIRA PARA ENTRADA NO POÇO DE VISITA COM PROTEÇÃO CONTRA QUINA NO INTERIOR DA REDE PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) FARÓIS COM FOCO DIRIGÍVEL PARA TRABALHO NOTURNO; 02 (DOIS) SINALEIROS ROTATIVOS OU INTERMITENTES, COM FUNCIONAMENTO EM CONJUNTO, SENDO 01 FIXO SOBRE A CABINE DO CAMINHÃO, NA COR ÂMBAR, E OUTRO NA PARTE TRASEIRA SUPERIOR DO TANQUE, NA COR LARANJA; 01 (UMA) CAIXA DE FERRAMENTAS NAS LATERAIS DO TANQUE, TODA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1/16” EM AÇO CARBONO ASTM A-36, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,4M, ALTURA MÍNIMA DE 0,5M, LARGURA MÍNIMA DE 0,5M, COM PORTAS DE ABERTURA PARA CIMA, SISTEMA TRAVAS REFORÇADO PARA MANTER ABERTAS E FECHAMENTO ATRAVÉS DE CADEADO N O E-40. COM AS SEGUINTE FERRAMENTAS: 1 PÁ, 1 ENXADA, 1 PICARETA, 1 ALAVANCA, 1 GADANHO, 15 M DE CORDA, 1 BALDE METÁLICO DE 10 L, 6 BENGALAS DE 80 CM; 06 (SEIS) CONES DE SINALIZAÇÃO, MODELO APROVADO PELO CONTRAN, BEM COMO DE UM SUPORTE PARA ARMAZENAMENTO DOS MESMOS QUANDO TRANSPORTADOS; 01 (UMA) ESCADA EM ALUMÍNIO OU FIBRA DE VIDRO COM 06 (SEIS) METROS DE COMPRIMENTO, BIPARTIDA EM 02 (DOIS) LANCES DE 03 (TRÊS) METROS, COM LARGURA MÁXIMA 45 (QUARENTA E CINCO) CENTÍMETROS E SUPORTE COM SEUS FIXADORES PARA O SEU TRANSPORTE, A QUAL DEVERA SER DISPOSTA LONGITUDINALMENTE A CARROCERIA E SOB A CABINE DA VIATURA, OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. PINTURA DO EQUIPAMENTO/TANQUES DEVERA SER FEITA DA SEGUINTE FORMA: PARTE INTERNA DO TANQUE: PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE: JATEAMENTO ABRASIVO AO “METAL QUASE BRANCO”, NORMA SSPC-SP-10 COM PADRÃO VISUAL SIS 05.59001967 SA 2.1/2; TINTA DE FUNDO: EPOXI HB DE ALTA ESPESSURA, CROMATO DE ZINCO, CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 120 MICRA; TINTA DE ACABAMENTO: EPOXI ALCATRÃO H BALTA ESPESSURA, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA</p>	
--	--	---	--

		MÍNIMA DE 120 MICRA; PARTE EXTERNA DO TANQUE E EQUIPAMENTO PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE: JATEAMENTO ABRASIVO AO “METAL QUASE BRANCO”, NORMA SSPC-SP-10, COM PADRÃO VISUAL SIS-05.59001967 SA 2.1/2; TINTA DE FUNDO: PRIMER EPÓXI, NA COR AMARELA, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 40 MICRA; TINTA DE ACABAMENTO: ESMALTE POLIURETANO ACRÍLICO, NA COR “BRANCO MUNSE LL N-9,5”, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 30 MICRA.		
--	--	--	--	--

4.5. DO PRAZO DE ENTREGA E GARANTIA

4.5.1. O Caminhão 4x2 equipado com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m³ descrito no “item 01” do subitem “1.6” do Termo de Referência, deverá ser entregue no prazo máximo de **90 (noventa)** dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho.

4.5.2. A proponente vencedora do Caminhão 4x2 descrito no “item 02” do subitem “1.6” do Termo de Referência, deverá entregar no prazo máximo de **60 (sessenta)** dias à empresa vencedora do “item 03” do subitem “1.6” do Termo de Referência - devendo esta entregar o veículo, já equipado, no prazo máximo de até **60 (sessenta)** dias nas dependências do **SSAAP**. Para ambas, o prazo será contado a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.5.3. Caso seja a mesma proponente vencedora do item 02 e 03 do subitem “1.6” do Termo de Referência, contar-se-á o prazo de **120 (cento e vinte)** dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.5.4. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

4.5.5. A empresa contratada deverá prestar garantia do objeto licitado, assegurando a execução do contrato, considerando o seu valor total contratado, sob pena de decair o direito da contratação.

4.6. DO RECEBIMENTO DO MATERIAL LICITADO

4.6.1. O bem será Recebido provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta.

4.6.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 60 (sessenta) dias úteis do recebimento provisório.

4.6.3. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da **CONTRATANTE**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6.4. Se após o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à **CONTRATADA**, o prazo para a efetivação do **RECE-**



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

BIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das irregularidades detectadas.

4.6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 6.1.2 do Termo de Referência, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6.7. A proponente vencedora do item 02 do Quadro do objeto do Termo de Referência, deverá entregar o veículo no local determinado pela proponente vencedora do item 03, sendo esta a responsável **PELA INSTALAÇÃO DO IMPLEMENTO DE HIDROJATEAMENTO**, ficando assim responsável pelo devido armazenamento, não permitindo a deterioração do material, e entrega em local determinado neste TR.

5. CLAUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Homologado o processo licitatório pela autoridade competente, a Comissão de Licitações da Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL** convocará a licitante vencedora para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários, sob pena de decair do direito de Registro.

5.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.2.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

5.3. A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição(ões), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento do(s) produto(s), em igualdade de condições.

5.4. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, respeitadas a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1. O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da ÁGUAS DO PANTANAL, <http://www.aguasdopantanal.eco.br>, bem como através de publicações no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

5.4.3. Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrer ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

5.4.4. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

5.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificação do produto e quantitativo do Item que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados.

5.5.2. Caberá à Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.5.3. Os fornecimentos adicionais a que se refere o **item 5.5** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.5.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.5.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.5.6. Ao órgão não participante competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5.5.7. O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.

5.6. Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1. A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas.

5.6.2. A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro.

5.6.3. O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas.

5.6.4. A quantidade total de unidades a ser aderida, por item.

5.6.5. O prazo de validade de registro de preço.

5.6.6. Descrição das condições quanto aos locais e prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

5.7. Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

5.8. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

5.9. A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.10. A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

- 5.10.1.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 5.10.2.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:
- 5.10.2.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- 5.10.2.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- 5.10.2.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 5.10.3.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.10.3.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- 5.10.3.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 5.10.3.3.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.10.4.** Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo órgão solicitante.
- 5.11.** As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pelo setor de Licitações da ÁGUAS DO PANTANAL.
- 5.12.** A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

6. CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

- 6.1.** São Obrigações da Contratada, além das demais previstas no Edital e Termo de Referência:
- 6.1.1.** Respeitar e cumprir integralmente a vigência da Ata de Registro de Preço, que será de 12 (doze) meses contados a partir da sua publicação;
- 6.1.2.** Cumprir o prazo previsto para entrega dos produtos e serviços, com fornecimento pela CONTRATADA de todos os recursos humanos e insumos necessários para entrega dos materiais.
- 6.1.3.** Deverá também comunicar antecipadamente a data e horário da entrega não sendo aceito os objetos e serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência.
- 6.1.4.** Conhecer e aceitar integralmente o Termo de Referência (ANEXO 1).
- 6.1.5.** Entregar os materiais em conformidade com os requisitos previstos no Termo de Referência e seus anexos;
- 6.1.6.** Assinar o Contrato para o qual for convocada no prazo máximo 05 (cinco) dias úteis, contados da regular convocação;
- 6.1.7.** Após a homologação da Adesão a Ata de Registro de Preço, retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal;
- 6.1.8.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à Gerência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato;

- 6.1.9.** Ser responsável pela qualidade dos serviços, bem como pela qualidade dos produtos, no que diz respeito à observância de normas vigentes.
- 6.2.** Todos os equipamentos, veículos, computadores, softwares, etc. e insumos dos mesmos necessários a realização dos trabalhos serão custeados pela CONTRATADA.
- 6.3.** Devem, quando aplicáveis, ser observadas e atendidas, no fornecimento do(s) referido(s) produto(s), as disposições:
- 6.3.1.** De acordo com as normas estabelecidas pelo INMETRO
- 6.3.2.** Dos códigos, normas, leis e regulamentos dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e das empresas concessionárias de serviços/produtos públicos que estejam em vigor e sejam referentes aos tipos de equipamentos e serviços aqui descritos.
- 6.4.** A falta de quaisquer dos produtos e serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso ou inexecução da entrega do objeto desta licitação e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
- 6.5.** O prazo de garantia de no mínimo, um **12 (doze)**, meses a contar da entrega definitiva dos objetos.
- 6.6.** Caso sejam detectados defeitos ou falhas na entrega dos objetos pela CONTRATADA será considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição dos mesmos.
- 6.7.** Os objetos deverão ser entregues juntamente com o certificado de garantia da fábrica.
- 6.8.** Realizar, quando necessário, levantamentos e estudos complementares pertinentes a execução dos serviços, sem constituir custos adicionais, ou mesmo a prorrogação de seu prazo de vigência.
- 6.9.** Ser responsável por quaisquer acidentes de trabalho, referente ao seu pessoal, decorrentes de serviços contratados e/ou por ela causada a terceiros.
- 6.10.** Obter, por sua conta, todas as licenças, franquias e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 6.11.** Também são obrigações da CONTRATADA:
- 6.11.1.** Dirimir dúvidas e resolver problemas, em relação ao objeto deste instrumento, que possam surgir no período contratual, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;
- 6.11.2.** Observar requisitos mínimos de qualidade, utilidade e segurança recomendados pelas normas técnicas em vigor;
- 6.11.3.** Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE;
- 6.11.4.** Corrigir, durante a execução dos serviços, todos os defeitos apontados pela Fiscalização, assim como refazer aqueles tidos como impróprios ou mal executados, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dias) dias, contados do recebimento da notificação específica para fazê-lo;
- 6.11.5.** Submeter-se às normas de segurança do trabalho em vigor;
- 6.11.6.** Assumir a responsabilidade técnica pela entrega dos materiais, nos termos deste Termo de Referência;
- 6.11.7.** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- 6.11.8.** Apresentar, durante a vigência do contrato, ritmo de trabalho compatível com a conclusão no prazo previsto para entrega dos produtos/serviços;
- 6.12.** A CONTRATADA deve arcar com as despesas relativas a mão de obra, salários, encargos sociais, equipamentos, utensílios, transportes, serviços auxiliares, todos os tributos incidentes para execução de seus fins. Considerar-se-ão incluídas no preço total proposto todas essas despesas, mesmo que não expressamente indicadas na proposta.
- 6.13.** Não haverá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da CONTRATANTE pelas despesas indicadas no item acima.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

6.14. A CONTRATANTE estará isenta de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, sendo esta a responsável exclusiva por todos os débitos trabalhistas (salários, encargos sociais e previdenciários) relativos à mão de obra que executar os serviços contratados na forma elencada.

6.14.1. Caso a CONTRATADA seja demandada judicialmente por encargo social ou trabalhista, por empregado seu e/ou prestador de serviço, ou por ente estatal, decorrente ou não da relação existente nesta licitação, mas a ela vinculada, fica a CONTRATANTE autorizada a bloquear o valor correspondente pleiteado na respectiva demanda judicial até o seu trânsito em julgado.

6.14.2. Em caso de bloqueio de valores conforme o disposto no item anterior não dá direito a CONTRATADA de paralisar os serviços ou diminuir a demanda, devendo os serviços ter a continuidade prevista no contrato a fim de que seja concluído no prazo estipulado.

6.15. Eventual condenação do CONTRATANTE em virtude do previsto no **item 6.14.1** quer seja diretamente, quer seja solidariamente ou subsidiariamente, veda expressamente a CONTRATADA, seus gestores, administradores e outras empresas em que estes façam parte, de novamente contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou até que os prejuízos arcados pelo CONTRATANTE sejam ressarcidos.

6.6. A Contratada não poderá ceder ou transferir, dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente, o objeto contratado, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização da Águas do Pantanal.

6.17. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência, e demais itens presentes no termo de referência, Edital e no contrato.

6.18. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

6.19. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CONTRATANTE.

6.20. Indenizar terceiros e/ou a CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

6.21. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.21.1 Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente no Contrato oriundo da Ata de Registro de Preço.

6.22. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e na Lei nº. 10.520/2002.

7. CLAUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no Edital.

7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

7.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

7.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

7.5. Formalizar o contrato, conforme modelo do anexo do Edital, e convocar a consignatária do certame para assinatura nos termos da legislação pertinente e conseqüentemente emitir

nota de empenho de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.6. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

7.7. Efetuar o pagamento à contratada, nas condições estabelecidas no Edital.

7.8. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital.

7.9. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela contratada.

7.10. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

7.11. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da execução do presente Termo de Referência correrão à conta de

Recursos Próprios, alocados sob a classificação funcional:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.18.01	17.512.1011.1209	04.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	100 – Recursos Ordinários Próprios
04.18.01	17.512.1007.1233	04.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	100 – Recursos Ordinários Próprios

9. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada juntamente com a entrega do material solicitado e/ou o serviço prestado.

9.2. A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

9.3. O pagamento das despesas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal será efetuado à contratada **30 (trinta)** dias após a entrega do objeto e do documento fiscal em tempo oportuno dos trâmites legais de tramitação da nota fiscal, a qual será devidamente atestada pelo servidor designado pela Contratante, cumpridas todas as exigências contratuais.

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

9.5. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.6. Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

9.8. Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir os seguintes procedimentos:

9.8.1. Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/fatura, todas as certidões de Regularidade fiscal, devidamente válidas.

9.8.1.1. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

9.8.1.2. Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas.

9.8.1.3. Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante.

9.8.1.4. Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.8.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.8.1.6. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

9.9. Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas tais como:

a) Razão Social;

b) Número da Nota Fiscal/Fatura;

c) Data de emissão;

d) Nome do órgão Solicitante;

e) Descrição do produto/serviço;

f) Quantidade, preço unitário, preço total;

g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);

h) Número do Contrato;

i) Número da Nota de Empenho;

j) Discriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao Município (ex. IR, ISSQN, etc...), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº 9.711/98, Instrução Normativa nº 1300/2012 RFB;

k) Não deverá possuir rasuras.

9.9.1. Caso constatada alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções, sendo informados os motivos que levaram à sua rejeição.

9.9.2. Somente após o recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

9.9.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

9.9.4. O pagamento será efetuado em até no máximo 15º (decimo quinto) dias após a entrega da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada.

9.9.5. O pagamento será efetuado à Contratada, de acordo com as ordens de serviços emitidas e atestadas pelo gestor.

9.9.6. O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária e em moeda corrente nacional, conforme art. 5º da Lei nº 8666/93.

9.9.7. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

9.10. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência. A atraso no pagamento por este motivo não ensejará direito de atualização monetária à Contratada.

9.11. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.12. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

9.13. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

9.14. O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8666/93.

10. CLAUSULA DECIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o Contrato ou não retirar a Nota de Empenho dentro do prazo fixado, ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.2. Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa na forma prevista na Lei 8.666/93 ou no contrato;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Contratante pelo prazo não superior a 02 (dois) anos; e,

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a Contratada ressarcir à Contratante pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas letras “a”, “b” e “c”.

10.3. As multas previstas nesta seção não eximem a FORNECEDORA da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

10.4. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cáceres, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com a Autarquia, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Assessoria Jurídica da Autarquia.

10.5. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Autarquia reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

10.6. As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

10.7. A Fornecedora poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso a qualidade dos produtos e/ou a prestação no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

11.1.1. Quando a Fornecedora não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital.

11.1.2. Quando a Fornecedora não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

11.1.4. Quando a Fornecedora der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93.

11.1.5. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Fornecedora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Fornecedora, relativas aos fornecimentos do objeto.

11.6. Caso o Órgão Gerenciador não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DOS ILICITOS PENAIS

12.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº. 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

13. CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

13.1. Correrão por conta exclusiva da FORNECEDORA:

13.1.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preços.

13.1.2. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que eventualmente se façam necessárias à execução do objeto.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

14.1. A fiscalização da contratação será exercida pela Coordenadoria de Resíduos Sólidos, Srº Douglas de Almeida Corveloni, telefone e e-mail para contato (65) 3223-6900, aguasdo-pantanal.eco@gmail.com e/ou residuos@aguasdo pantanal.eco.br ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

14.2. A fiscalização de que se trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.2. A anulação do procedimento induz à da Ata de Registro de Preços bem como ao Contrato.

15.3. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

15.3.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

15.3.2. A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Eletrônico/Registro de Preços nº ____/2019 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

15.3.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

16. CLAUSULA DECIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cáceres, do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja por mais privilegiado que seja ou possa vir a sê-lo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cáceres - MT, ____ de _____ de 2019.

CONTRATANTE:

FORNECEDORA:



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

nes (65) 3223-6900 – CÁ CERES-MT, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº. _____ e do CPF nº. _____ neste ato denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, com sede na _____, representada neste ato pelo seu(sua) Representante Legal, Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, CPF/MF n.º _____, doravante denominada CONTRATADA, fundamentadas no que restou apurado no Processo Administrativo Protocolo nº 128/2018, PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019, têm entre si justo e avençado o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir definidas:

1 CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. Contratação de empresa especializada para Futura e Eventual aquisição de veículos sendo, 03 Caminhões com tração 4x2 equipado com compactador de lixo de 15m³, 01 Caminhão 4x2 e 01 Equipamento de Hidrojateamento, por meio do sistema de registro de preços, visando atender às necessidades e atividades desempenhadas pelo **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL- SSAAP.**

1.2. O preço total da presente contratação é de R\$ _____,00, valor apurado ao final do certame licitatório.

2 CLAUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

2.1 A lavratura do presente contrato decorre da realização do **PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019**, realizado com fundamento nas Leis Federais nºs 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decretos Federais nºs 7.892/2013 e 3.555/2000, Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações vigentes.

3. CLAUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

3.1. Constituem partes integrantes deste contrato, estando a ele vinculado, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- Proposta de Preços da Contratada;
- Edital do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS nº. 03/2019 e seus anexos.
- Termo de Referência inserido no Edital norteador.

3.2. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

4 CLAUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. Como condição para a celebração do Contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, e posteriormente retirar a Nota de Empenho para entrega dos produtos, objeto desta contratação.

4.2. O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado, somente pelo período necessário à entrega dos produtos, se presente uma das hipóteses previstas no artigo 57, da Lei nº. 8666/93.

4.3. Se a licitante vencedora se recusar a assinar o contrato injustificadamente, além das penalidades cabíveis, ser-lhe-á aplicada a regra seguinte: quando a proponente vencedora não

apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.

4.4. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada, especialmente as certidões exigidas.

4.5. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular da contratada, será rescindido o contrato e além das penalidades cabíveis, serão chamados outros licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, salvo no caso de recusa no prazo de validade de sua proposta.

4.6. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65 da lei nº. 8.666/93.

4.7 A divulgação do extrato do contrato ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

4.8. O prazo de vigência do contrato, conforme descrição e quantitativos relacionados no Anexo I, será de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato, com possíveis aditamentos conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES, DAS NORMAS TÉCNICAS, PRAZO DE ENTREGA, GARANTIA E RECEBIMENTO DO MATERIAL LICITADO

5.1. Os objetos deverão ser fornecidos em conformidade com as normas e legislação vigentes.

5.2. A especificação dos objetos pretendidos encontra-se definida no quadro abaixo:

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID.
01	00012717	VEÍCULO CAMINHÃO TOCO. FABRICAÇÃO NACIONAL. ZERO KM. ANO/MODELO VIGENTE OU SUPERIOR. COR BRANCO. MOTOR DIESEL DE 06 CILINDROS. GERENCIAMENTO MECÂNICO OU ELETRÔNICO. INJEÇÃO ELETRÔNICA. POTÊNCIA MÍNIMA DE 260 CV. TRANSMISSÃO DE NO MÍNIMO 09 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ. EMBREAGEM MONODISCO SECO. FREIO DE SERVIÇO A AR DE DOIS CIRCUITOS E TAMBOR NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRA COM SISTEMA ABS COM EBD. FREIO ESTACIONÁRIO. EIXO TRASEIRO COM DUPLA REDUÇÃO. TRAÇÃO 4X2. BARRAMENTO LATERAL ENTRE EIXOS (PROTEÇÃO PARA CICLISTA). SINALIZAÇÃO SONORA PARA MARCHA A RÉ. CABINE SIMPLES COM CAPACIDADE E ACENTOS PARA 03 PASSAGEIROS, INCLUINDO O MOTORISTA. BANCO DO MOTORISTA COM SUSPENSÃO PNEUMÁTICA. SAÍDA DE AR COMPRIMIDO NA CABINE COM MANGUEIRA E PISTOLA INSTALADAS. AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA. VIDROS ELÉTRICOS ORIGINAIS DE FÁBRICA. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU	03	UNID.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

	<p>ELÉTRICA ORIGINAL DE FÁBRICA. SISTEMA ELÉTRICO DE NO MÍNIMO 12V COM TOMADA NO PAINEL. TACÓGRAFO. SISTEMA DE SOM COM RÁDIO AM/FM, CD/DVD E ENTRADA USB COM 02 ALTO FALANTES NA CABINE E ANTENA EXTERNA. TAPETES DE BORRACHA. ASSOALHO DA CABINE REVESTIDO EM VINIL. SUPORTE LATERAL PARA PÁ E VASSOURA. QUEBRA SOL EXTERNO. ESTEPE COM SUPORTE JÁ ADAPTADO NO CAMINHÃO. TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO DE 270 LITROS. TANQUE DE ARLA 32 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 LITROS OU EQUIPADO COM EGR, DE TECNOLOGIA EURO 5, QUE ATENDE AS METAS DE EMISSÃO DE POLUENTES ESTABELECIDAS PELO PROCONVE P7, ONDE DISPENSA O USO DO ARLA32. PESO BRUTO TOTAL (PBT) 16.000 KG. CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO (CMT) 35.000 KG. RODAS EM AÇO DE MEDIDAS 22.5 X 7.5 POLEGADAS. PNEUS ORIGINAIS DE FÁBRICA E HOMOLOGADO PELA MONTADORA DE MEDIDAS 275/80 R22.5, PNEUS TRASEIROS COM BANDA DE RODAGEM MISTA. TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO E O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CHAVE DE RODAS, MACACO HIDRÁULICO, SINALIZAÇÃO E ETC.). GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM.</p> <p>EQUIPADO COM: CAIXA COLETORA DE LIXO COM COMPACTADOR HIDRÁULICO. PINTURA EPÓXI OU EQUIVALENTE NA COR BRANCA EM TODA EXTENSÃO DA CAIXA COLETORA E NA COR VERDE NA PORTA TRASEIRA. CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 15M³ DE MATERIAL COMPACTADO. PRAÇA DE CARGA COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA DE 2M³. CAIXA MONOBLOCO COM PAREDES LATERAIS E TETO LISOS. CANALETA CENTRAL PARA GUIA DO PAINEL EJETOR. CALHA DE CHORUME COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA DE 120 LITROS COM VÁLVULA DE ESCOAMENTO. DISPOSITIVO HIDRÁULICO INFERIOR BASCULANTE DE CONTÊINER (CAPACIDADE DE 1.000 LITROS) PLÁSTICO E METÁLICO. RESERVATÓRIO DE ÓLEO HIDRÁULICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 160 LITROS COM VISOR EXTERNO DE NÍVEL. TRAVAMENTO MANUAL DA PORTA TRASEIRA. PISTÕES HIDRÁULICOS COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO NO FIM DO CURSO. COMANDO DE COMPACTAÇÃO COM SISTEMA DE SEGURANÇA PARA INVERTER O CICLO DE</p>	
--	--	--

		COMPACTAÇÃO A QUALQUER MOMENTO. ESTRIBO TRASEIRO FABRICADO EM AÇO ANTIDERRAPANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 03 COLETORES. CORRIMÃO TRASEIRO SUPERIOR E LATERAL COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 03 COLETORES. ALERTA SONORO PARA COMUNICAÇÃO ENTRE MOTORISTA E COLETORES. ILUMINAÇÃO NA PRAÇA DE CARGA. SINALIZADOR ROTATIVO DE SEGURANÇA (GIROFLEX) NA PORTA TRASEIRA. TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO E O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE HORA.		
02	434273-9	VEÍCULO CAMINHÃO TOCO. FABRICAÇÃO NACIONAL. ZERO KM. ANO/MODELO VIGENTE OU SUPERIOR. COR BRANCO. MOTOR DIESEL DE NO MÍNIMO 06 CILINDROS EM LINHA. GERENCIAMENTO MECÂNICO OU ELETRÔNICO. INJEÇÃO ELETRÔNICA. COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 230 CV. TRANSMISSÃO DE NO MÍNIMO 06 MARCHAS À FRENTE, SINCRONIZADAS E 01 À RÉ, COM REDUÇÃO E TOMADA DE FORÇA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO OU HIDRÁULICO E ALAVANCA POSICIONADA NO PAINEL; OBSERVAÇÃO: A TOMADA DE FORÇA DEVE SER ESPECÍFICA PARA A INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE HIDROJATO E NÃO PODERÁ SER INSTALADA POR TERCEIROS A FIM DE QUE A GARANTIA DO VEÍCULO NÃO SEJA COMPROMETIDA. A TOMADA DE FORÇA DEVE SER DE FÁBRICA OU INSTALADA PELO FABRICANTE DO VEÍCULO OU CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELA FÁBRICA. EMBREAGEM COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO. TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 275 LITROS; TANQUE DE ARLA 32 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 LITROS OU EQUIPADO COM EGR, DE TECNOLOGIA EURO 5, QUE ATENDE AS METAS DE EMISSÃO DE POLUENTES ESTABELECIDAS PELO PROCONVE P7, ONDE DISPENSA O USO DO ARLA 32. CONSTRUÇÃO: CHASSIS COM PBT MÍNIMO HOMOLOGADO DE 16.000 TONELADAS, 4X2, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 4.800 MM CHASSI ORIGINAL, CINTOS DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS, FREIOS A AR COM DUPLO CIRCUITO INDEPENDENTE, TAMBOR, ABS (SISTEMA DE ANTITRAVAMENTO DAS RODAS) DIREÇÃO HIDRÁULICA; EQUIPADO COM GIROFLEX PARA SINALIZAÇÃO; RODAS EM AÇO ESTAMPADO. PNEUS ORIGINAIS; LAUDO DE SEGURANÇA	01	UNID.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

		VEICULAR. HOMOLOGAÇÃO CONFORME AS EXIGÊNCIAS DO CONTRAN E A LEGISLAÇÃO ATUAL; PARA O TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO, QUE ATENDA AO PROCONVE DO MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE.		
03	267828-4	<p>EQUIPAMENTO COMBINADO DE HIDROJATEAMENTO COM BOMBA TIPO: ALTERNATIVA TRÍPLEX DE SIMPLES EFEITO, PARA OPERAR SIMULTANEAMENTE (VÁCUO E HIDRO JATO); PRESSÃO MÍNIMA: 3000 PSI; VAZÃO MÍNIMA: 260 L/MIN; CABEÇOTE: EM AÇO ASTM-A-743 GRAU CF8 OU AISI 304; ÊMBOLOS: AÇO ASTM-A-743 GRAU CF8 OU AISI 304 COM ANÉIS DE VEDAÇÃO; UNIDADE DE ACIONAMENTO: COMPLETA COM VIRABREQUIM LUBRIFICADO POR SALPICO E BANHO A ÓLEO; CAMISAS COM ANÉIS DE VEDAÇÃO.</p> <p>ACIONAMENTO POR MOTOR A DIESEL INDEPENDENTE, COM POTENCIA MÍNIMA CONTINUA DE 131 CV E ROTAÇÃO 1.800 RPM, COM TRANSMISSÃO DIRETA ATRAVÉS DE REDUTOR DE ENGRENAGEM; ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES OBRIGATORIOS VÁLVULA DE REGULAGEM DE PRESSÃO COM AJUSTE FINO; VÁLVULA DE SEGURANÇA CALIBRADA PARA ABERTURA 10% (DEZ POR CENTO) ACIMA DA PRESSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO; CIRCUITO DE ALIMENTAÇÃO DOTADO DE FILTRO DE SUCÇÃO; CIRCUITO DE PRESSÃO COM "BYPASS" PARA TANQUE; 02 (DOIS) KITS COMPLETO DE ANÉIS GAXETAS SOBRESSALENTES RESERVE, IDÉNTICOS AO INSTALADO NA BOMBA ALTERNATIVA TRÍPLEX.</p> <p>SISTEMA HIDRÁULICO FUNCIONARA POR SISTEMA HIDRÁULICO: O BASCULAMENTO DO TANQUE, A TAMPA TRASEIRA, A ABERTURA DO CARRETEL, O LANÇAMENTO E O RECOLHIMENTO DA MANGUEIRA.</p> <p>BOMBA HIDRÁULICA DESLOCAMENTO MÍNIMO: 63 CM3/REVOLUÇÃO; PRESSÃO DE TRABALHO MÍNIMA: 2490 PSI.</p> <p>CILINDROS HIDRÁULICOS REFORÇADOS, SENDO O DE BASCULAMENTO DO TANQUE TELESCÓPICO DE TRÊS ESTÁGIOS; EFEITO: DUPLO; CURSO MÍNIMO: 2.200 MM; DIÂMETRO MÍNIMO DA CAMISA: 125 MM</p> <p>SISTEMA DE SUCÇÃO A ALTO VÁCUO</p> <p>SISTEMA COM SEPARADOR ENTRE O MANCAL DE ROLAMENTO E CÂMARA DE VÁCUO COM ESPAÇAMENTO MÍNIMO DE 80 MM, PARA EVITAR QUE VAZAMENTO DE AGUA CONTAMINE O ÓLEO</p>	01	UNID.



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

	<p>DO MANCAL DE ROLAMENTO. BOMBA TIPO: VÁCUO COMPRESSOR DE ANEL LIQUIDO; CAPACIDADE DE DESLOCAMENTO MÍNIMA DE AR:12.000 L/MIN VÁCUO MÁXIMO: 95%; PRESSÃO MÍNIMA: 29 PSI DE PRESSÃO ABSOLUTA; INTERLIGAÇÃO DO CIRCUITO COM MOLA NA DIMENSÃO MÍNIMA DE 3“X1.1/2”, CONTENDO TERMINAIS, CURVA-SE ABRAÇADEIRAS. A UTILIZAÇÃO DE TUBOS NESTE MECANISMO NÃO SERÁ ACEITA. ACIONAMENTO ATRAVÉS DO MESMO MOTOR QUE ACIONA A BOMBA DE ALTA PRESSÃO COM ACOPLAMENTO POR EMBREAGEM, OPERANDO SIMULTANEAMENTE COM A BOMBA TRÍPLEX E A PLENA CARGA, COMANDADO ATRAVÉS DE CHAVE LIGA DESLIGA, CENTRALIZADO NO PAINEL DE OPERAÇÃO FIXO NA TRASEIRA DO EQUIPAMENTO. CIRCUITO PNEUMÁTICO CIRCUITO PARA LIGAÇÃO DA BOMBA VÁCUO COMPRESSOR AO TANQUE RESERVATÓRIO, E DEVERA SER COMPOSTO POR: VÁLVULA COM COMANDO MANUAL CENTRALIZADO; SIFÃO DEPURADOR; VÁLVULA DE RETENÇÃO PARA BLOQUEIO NO INÍCIO DO CIRCUITO PNEUMÁTICO QUANDO O TANQUE RESERVATÓRIO ATINGIR O NÍVEL CHEIO; MANO VACUÔMETRO DIÂMETRO MÍNIMO DE 4.1/2”, ESCALA 760 MMHG/3KGF/CM2, COM PREENCHIMENTO DE GLICERINA; CIRCUITO ELÉTRICO EQUIPAMENTO DEVERA TER CIRCUITO ELÉTRICO COM OS SEGUINTE COMPONENTES: SISTEMA DE PROTEÇÃO PARA O CIRCUITO ELÉTRICO MONTADO EM CAIXA DE ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, PROTEGIDO CONTRA ENTRADA DE AGUA; DISJUNTORES DE PROTEÇÃO COM AMPERAGENS ADEQUADAS PARA CADA CIRCUITO ELÉTRICO; FUSÍVEL DE PROTEÇÃO; CABO ELÉTRICO DE USO EXTERNO SERÁ DO TIPO “PP”. CONTROLE OPERACIONAL LOCALIZADO NA LATERAL TRASEIRA DO EQUIPAMENTO PRÓXIMO AO CARRETEL EM CAIXA COM VEDAÇÃO DA TAMPA POR BORRACHA. OS CONTROLES DE ABERTURA DA PORTA TRASEIRA E BASCULANTE DO TANQUE; ACELERADOR E AS VÁLVULAS DE PRESSÃO E DE RETORNO DE ACIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; DEVERÃO SER INSTALADOS, NO MESMO LUGAR, PRÓXIMOS AO SISTEMA DE ACIONAMENTO DO CARRETEL. SENDO COMPOSTO POR: LED VERMELHO DE TEMPERATURA ALTA;</p>	
--	---	--

	<p>LED VERMELHO DE PRESSÃO DO ÓLEO BAIXA; LED VERMELHO DE CARGA DA BACTÉRIA; BOTÃO VERMELHO DE PARADA DO MOTOR (STOP) ESTACIONÁRIO; CHAVE DE PARTIDA/PARADA DO MOTOR ESTACIONÁRIO; HORÍMETRO DE FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; INDICADOR DA TEMPERATURA DO MOTOR ESTACIONÁRIO; INDICADOR DE ROTAÇÕES DO MOTOR (CONTA-GIROS) ESTACIONÁRIO; INTERRUPTOR DE ACIONAMENTO DA LUZ PARA SERVIÇOS NOTURNOS; ALAVANCAS DE CONTROLE DO SISTEMA HIDRÁULICO (ABERTURA DO CARRETEL, BASCULAMENTO DO TANQUE, ABERTURA DA TAMPA TRASEIRA); COMANDO PARA ACIONAMENTO DA BOMBA DE VÁCUO, PRÓXIMO A BOMBA; COMANDO PARA ACIONAMENTO DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO, PRÓXIMO A BOMBA; BOTÕES PARA OS ACIONAMENTOS HIDRÁULICOS DE ABRIR E FECHAR DAS VÁLVULAS DE ESFERA 4", PARA SUÇÃO E DESCARGA; MANÔMETRO PREENCHIDO COM GLICERINA PARA INDICAÇÃO DA PRESSÃO DO CIRCUITO HIDRÁULICO DE OPERAÇÃO DO CARRETEL E SERVIÇOS AUXILIARES; 5.3.3.11.16 MANO VACUÔMETRO DIÂMETRO MÍNIMO DE 4.1/2", ESCALA 760 MMHG / 3KGF/CM², COM PREENCHIMENTO DE GLICERINA INSTALADO NO SIFÃO DEPURADOR; ACELERADOR DO MOTOR ESTACIONÁRIO.</p> <p>TANQUE RESERVATÓRIO MATERIAL: AÇO CARBONO ASTM A-36; ESPESSURA: 1/4"; CAPACIDADE MÍNIMA: 7.000 LITROS, SENDO 3.000 LITROS PARA RESÍDUOS (SUÇÃO A VÁCUO) E 4.000 LITROS PARA ÁGUA (HIDROJATEAMENTO); GEOMETRIA: CILÍNDRICA, COM FUNDOS TORRE ESFÉRICOS, REFORÇADOS, SENDO O DIANTEIRO FIXO E O TRASEIRO ARTICULADO COM FUNÇÃO DE TAMPA, EQUIPADO COM SISTEMA HIDRÁULICO DE BASCULAMENTO COM INCLINAÇÃO MÍNIMA DE 40°, PARA RETIRADA DE DEJETOS E LIMPEZA DE SEU INTERIOR. DEVERA SER COMPOSTO NO MÍNIMO DE: TAMPA: ARTICULADA NA PARTE TRASEIRA COM ABERTURA ATRAVÉS DE PISTÃO HIDRÁULICO E FECHO ACIONADO HIDRAULICAMENTE ATRAVÉS DE VÁLVULA DE SEQUENCIA E RETENÇÃO. A TAMPA TRASEIRA EM AÇO CARBONO ASTM A-36 EM CHAPA 1/4" COM SUPORTE EM CHAPA DE 1/2", COM REFORÇO NA PARTE SUPERIOR DO TANQUE TAMBÉM EM CHAPA DE 1/2". O SISTEMA DE FECHAMENTO SEPARADO COM TRAVAS HI-</p>		
--	---	--	--

		<p>DRÁULICAS DO ACIONAMENTO DOS CILINDROS DA TAMPA;02 (DUAS)VÁLVULAS DE ESFERA EM AÇO INOX AISI 304,PASSAGEM PLENA, COM FLANGES 150 RF, DIÂMETRO NOMINAL MÍNIMO DE 4", COM ENGATE RÁPIDO PARA MANGOTE DIÂMETRO MÍNIMO DE 4", PARA SUCÇÃO E DESCARGA; QUEBRA ONDAS NA PARTE INTERNA DOS RESERVATÓRIOS DE AGUA; ACESSO LATERAL PARA PARTE SUPERIOR; VÁLVULA DE ALIVIO E SEGURANÇA INSTALADA PARA PRESSÃO DE ABERTURA MÍNIMA 8,5 PSI; VISOR DE NÍVEL PARA COMPARTIMENTO DE AGUA LIMPA, LOCALIZADO NA PARTE FRONTAL DO TANQUE RESERVATÓRIO INDICANDO NÍVEL MÍNIMO E MÁXIMO; VÁLVULA DE GAVETA EM AÇO INOX AISI 304 INSTALADA NO COMPARTIMENTO DE AGUA LIMPA, PARTE INFERIOR PARA DRENO E LIMPEZA, E ABASTECIMENTO ATRAVÉS DE HIDRANTE COM JUNTA TIPO "STORZ" 2 .", NO MÍNIMO; CALHA PARA ESCOAMENTO DOS DETRITOS, CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, FIXADA NA TRASEIRA DO TANQUE PARA DIRECIONAR O FLUXO DURANTE A DESCARGA, QUE ULTRAPASSA O PARACHOQUE, EVITANDO ENTORNAR RESÍDUOS NO VEÍCULO DURANTE A LIMPEZA INTERNA NO TANQUE; PROTETORES EM AÇO CARBONO PARA LANTERNAS TRASEIRAS; FILTRO INTERNO NO TANQUE ESPIRALADO DE RANHURA CONTINUA COM SISTEMA DE SOLDAGEM POR ELETRO FUSÃO CONSTRUÍDO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 4"E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,0 METRO PARA PERMITIRÁ DRENAGEM DA AGUA, RETENDO O SOLIDO PARA MAIOR AUTONOMIA DO TANQUE; 01 (UMA) TORNEIRA EXTERNA EM AÇO INOX AISI 304, PARA LAVAGEM DAS MÃOS.</p> <p>CARRETEL PRINCIPAL PARA ARMAZENAR 120 M DE MANGUEIRA DE 25 MM (1") DEVE ESTAR LOCALIZADO E FIXO NA TAMPA TRASEIRA DO TANQUE, COM SISTEMA DE ARTICULAÇÃO QUE PERMITA O POSICIONAMENTO EM VÁRIOS ÂNGULOS DE OPERAÇÃO COM ABERTURA MÁXIMA DE ATE 1200 ATRAVÉS DE PISTÃO HIDRÁULICO; O CARRETEL DEVERA POSSUIR GUIA PARA ENROLAMENTO DA MANGUEIRA PARA EVITAR REMONTE E SOBREPOSIÇÃO DE CAMADAS DE FORMA IRREGULAR, E O FUNCIONAMENTO DO CARRETEL DEVERA SER INDEPENDENTE DO FUNCIONAMENTO DA BOM-</p>		
--	--	--	--	--



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

	<p>BA DE ALTA PRESSÃO ACIONAMENTO: HIDRÁULICO COM DUPLO SENTIDO DA ROTAÇÃO, COMANDO CENTRALIZADO NO CARRETEL E ROTAÇÃO VARIÁVEL, PARA LIMPEZA DE REDES DE ESGOTOS; SUPORTE DE FIXAÇÃO: EM AÇO CARBONO EM CHAPA DE 1/2"; COROA DUPLA, COM DIÂMETRO EXTERNO MÍNIMO DE 419,8 MM, 102DENTES, PASSO DE 1/2"; PINHÃO DUPLO, COM DIÂMETRO EXTERNO MÁXIMO DE 75,6 MM, 17DENTES, COM DE PASSO DE 1/2", AMBOS EM AÇOS ESPECIAIS; CORRENTE DE TRANSMISSÃO DUPLA, COM PASSO DE 1/2"; MOTOR HIDRÁULICO ORBITAL DE ALTO TORQUE, COM DESLOCAMENTO MÍNIMO DE 193CM3/REV, PRESSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO DE 2490PSI, PARA QUE CONSIGA LANÇAR E RECOLHER COM EFICIÊNCIA 240 (DUZENTOS E QUARENTA) METROS DE MANGUEIRA DE 1"; 120 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO EM LANCE ÚNICO DIÂMETROS MÍNIMO DE 25,4 MM (1"), COM RESPECTIVAS CONEXÕES, TODAS EM AÇO INOX AISI 304, PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS, SEM EMENDAS, CAPA PROTETORA EM POLIURETANO E TUBO INTERNO EM NYLON11 OU ELASTÔMERO TERMO PLÁSTICO (HYTREL), REFORÇO EM FIBRA KEVLAR OU FIBRA SINTÉTICA (POLYESTER) OU MATERIAIS SIMILARES COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA A ABRASÃO E PRESSÃO QUE ATENDA A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: ESPESSURA MÍNIMA DA CAMADA = 1,50 MM; PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA= 3.000 PSI, PRESSÃO DE RUPTURA MÁXIMA = 7.500PSI, RAIOS DE CURVATURA MÍNIMO = 200 MM; PRESSÃO MÍNIMA DE TESTE = 3.000 PSI; 30 M DE MANGOTE PARA SUÇÃO E DESCARGA DE DIÂMETROS MÍNIMO DE 4" (100 MM) EM LANÇES DE 15 M, COM CONEXÕES DE ENGATE RÁPIDO TOTALMENTE CONSTRUÍDAS EM AÇO INOX AISI 304 OU SIMILAR, PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 50 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO DIÂMETRO MÍNIMO DE 12,5 MM (1/2") PARA PISTOLA E LIMPEZA DE REDE DE ÁGUA POTÁVEL; 20 M DE MANGUEIRA DIÂMETRO MÍNIMO DE 70 MM COM CONEXÕES MÍNIMAS DE 2.1/2" PARA ABASTECIMENTO DO TANQUE POR HIDRANTE PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 01 (UMA) PISTOLA MANUAL HIDROJATEAMENTO PARA LIMPEZA DE REDE DE</p>	
--	---	--



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

		<p>ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS PARA PISTOLAS PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS PARA DESOBSTRUÇÃO TIPO "LINE-MOLE" PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) BICOS ESPECIAIS PARA GORDURA TIPO "LINE-MOLE" PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO TIPO TIJOLO PARA LIMPEZA DE GALERIAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO TIPO TORPEDO PARA LIMPEZA DE GALERIAS PLUVIAIS; 01 (UM) BICO ROTATIVO COM JATOS RADIAIS COM PROPULSOR PARA LIMPEZA DE REDE DE AGUA POTÁVEL; 01 (UM) BICO ROTATIVO COM JATOS RADIAIS COM PROPULSOR PARA LIMPEZA DE REDE DE AGUA POTÁVEL; 01 (UM) GUIA PARA MANGUEIRA PARA ENTRADA NO POÇO DE VISITA COM PROTEÇÃO CONTRA QUINA NO INTERIOR DA REDE PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/AGUAS PLUVIAIS; 02 (DOIS) FARÓIS COM FOCO DIRIGÍVEL PARA TRABALHO NOTURNO; 02 (DOIS) SINALEIROS ROTATIVOS OU INTERMITENTES, COM FUNCIONAMENTO EM CONJUNTO, SENDO 01 FIXO SOBRE A CABINE DO CAMINHÃO, NA COR ÂMBAR, E OUTRO NA PARTE TRASEIRA SUPERIOR DO TANQUE, NA COR LARANJA; 01 (UMA) CAIXA DE FERRAMENTAS NAS LATERAIS DO TANQUE, TODA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1/16" EM AÇO CARBONO ASTM A-36, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,4M, ALTURA MÍNIMA DE 0,5M, LARGURA MÍNIMA DE 0,5M, COM PORTAS DE ABERTURA PARA CIMA, SISTEMA TRAVAS REFORÇADO PARA MANTER ABERTAS E FECHAMENTO ATRAVÉS DE CADEADO N O E-40. COM AS SEGUINTE FERRAMENTAS: 1 PÁ, 1 ENXADA, 1 PICARETA, 1 ALAVANCA, 1 GADANHO, 15 M DE CORDA, 1 BALDE METÁLICO DE 10 L, 6 BENGALAS DE 80 CM; 06 (SEIS) CONES DE SINALIZAÇÃO, MODELO APROVADO PELO CONTRAN, BEM COMO DE UM SUPORTE PARA ARMAZENAMENTO DOS MESMOS QUANDO TRANSPORTADOS; 01 (UMA) ESCADA EM ALUMÍNIO OU FIBRA DE VIDRO COM 06 (SEIS) METROS DE COMPRIMENTO, BIPARTIDA EM 02 (DOIS) LANCES DE 03 (TRÊS) METROS, COM LARGURA MÁXIMA 45 (QUARENTA E CINCO) CENTÍMETROS E SUPORTE COM SEUS FIXADORES PARA O SEU TRANSPORTE, A QUAL DEVERA SER DISPOSTA LONGITUDINALMENTE A</p>		
--	--	---	--	--

	<p>CARROCERIA E SOB A CABINE DA VIATURA, OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. PINTURA DO EQUIPAMENTO/TANQUES DEVERA SER FEITA DA SEGUINTE FORMA: PARTE INTERNA DO TANQUE: PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE: JATEAMENTO ABRASIVO AO “METAL QUASE BRANCO”, NORMA SSPC-SP-10 COM PADRÃO VISUAL SIS 05.59001967 SA 2.1/2; TINTA DE FUNDO: EPOXI HB DE ALTA ESPESSURA, CROMATO DE ZINCO, CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 120MICRA; TINTA DE ACABAMENTO: EPOXI ALCATRÃO H BALTA ESPESSURA, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 120 MICRA; PARTE EXTERNA DO TANQUE E EQUIPAMENTO PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE: JATEAMENTO ABRASIVO AO “METAL QUASE BRANCO”, NORMA SSPC-SP-10, COM PADRÃO VISUAL SIS-05.59001967 SA 2.1/2; TINTA DE FUNDO: PRIMER EPÓXI, NA COR AMARELA, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 40 MICRA; TINTA DE ACABAMENTO: ESMALTE POLIURETANO ACRÍLICO, NA COR “BRANCO MUNSE LL N-9,5”, COM CAMADA DE PELÍCULA SECA MÍNIMA DE 30 MICRA.</p>		
--	--	--	--

5.5. DO PRAZO DE ENTREGA E GARANTIA

5.6. O Caminhão 4x2 equipado com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m³ descrito no “item 01” do subitem “1.6” do Termo de Referência, deverá ser entregue no prazo máximo de **90 (noventa)** dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho.

5.7. A proponente vencedora do Caminhão 4x2 descrito no “item 02” do subitem “1.6” do Termo de Referência, deverá entregar no prazo máximo de **60 (sessenta)** dias à empresa vencedora do “item 03” do subitem “1.6” do Termo de Referência - devendo esta entregar o veículo, já equipado, no prazo máximo de até **60 (sessenta)** dias nas dependências do **SSAAP**. Para ambas, o prazo será contado a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.8. Caso seja a mesma proponente vencedora do item 02 e 03 do subitem “1.6” do Termo de Referência, contar-se-á o prazo de **120 (cento e vinte)** dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.9. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

5.10. A empresa contratada deverá prestar garantia do objeto licitado, assegurando a execução do contrato, considerando o seu valor total contratado, sob pena de decair o direito da contratação.

5.11. DO RECEBIMENTO DO MATERIAL LICITADO



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

- 5.12. O bem será recebido provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta.
- 5.13. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 60 (sessenta) dias úteis do recebimento provisório.
- 5.14. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da **CONTRATANTE**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.15. Se após o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à **CONTRATADA**, o prazo para a efetivação do **RECEBIMENTO DEFINITIVO** será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das irregularidades detectadas.
- 5.16. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 6.1.2 do Termo de Referência, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.17. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 5.18. A proponente vencedora do item 02 do Quadro do objeto do Termo de Referência, deverá entregar o veículo no local determinado pela proponente vencedora do item 03, sendo esta a responsável **PELA INSTALAÇÃO DO IMPLEMENTO DE HIDROJATEAMENTO**, ficando assim responsável pelo devido armazenamento, não permitindo a deterioração do material, e entrega em local determinado neste **TR**.

6. CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A vencedora deverá assinar a Ata em no máximo 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
- 6.2. Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados do recebimento da convocação formal;
- 6.3. Cumprir a vigência da Ata que será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação;
- 6.4. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE** toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, os materiais que apresentarem defeitos ou caso constatada divergência nas especificações;
- 6.5. Comunicar a Autarquia, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 6.6. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Autarquia, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a administração, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar;
- 6.7. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 6.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do Contrato.

- 6.9. Prover todos os meios necessários a garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 6.10. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
- 6.10.1. Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente;
- 6.12. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe a **CONTRATADA**, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto da ATA e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 6.13. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante a entrega dos objetos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA**, contrato e Edital;
- 6.14. Indenizar terceiros e/ou o Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 6.15. Responde a **CONTRATADA** nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 6.16. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 6.17. A contratada deverá atender às especificações dos produtos e serviços contidas no termo de Referência, ao prazo de entrega previsto, o que prevê a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como a lei nº. 10.520/2002.
- 6.18. Devem, quando aplicáveis, ser observadas e atendidas, no fornecimento do(s) referido(s) produto(s), as seguintes disposições:
- 6.18.1. De acordo com as normas estabelecidas pelo INMETRO.
- 6.18.2. Dos códigos, normas, leis e regulamentos dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e das empresas concessionárias de serviços/produtos públicos que estejam em vigor e sejam referentes aos tipos de equipamentos e serviços aqui descritos.
- 6.19. Prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto.
- 6.20. A falta de quaisquer dos produtos e serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso ou inexecução da entrega do objeto desta licitação e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
- 6.21. O prazo de garantia de no mínimo, **12 (doze)** meses, a contar da entrega definitiva dos objetos.
- 6.22. Caso sejam detectados defeitos ou falhas na entrega dos objetos pela **CONTRATADA** será considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas; a **CONTRATANTE** pode exigir a substituição dos mesmos.
- 6.23. Os objetos deverão ser entregues juntamente com o certificado de garantia da fábrica.
- 6.24. Responde a contratada nos casos de qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.



Serviços de Saneamento Ambiental

Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

6.25. Deverá também comunicar antecipadamente a data e horário da entrega não sendo aceito os objetos e serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes no **Termo de Referência**.

6.26. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

6.27. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela contratante.

6.28. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002.

7. CLAUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no Edital.

7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

7.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

7.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

7.5. Formalizar o contrato, conforme modelo do anexo do Edital, e convocar a consignatária do certame para assinatura nos termos da legislação pertinente e consequentemente emitir nota de empenho de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.6. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

7.7. Efetuar o pagamento à contratada, nas condições estabelecidas no Edital.

7.8. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital.

7.9. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela contratada.

7.10. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

7.11. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações.

8. CLAUSULA OITAVA – DO LOCAL DE ENTREGA E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. LOCAL DA ENTREGA

8.1.1. Os produtos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira de 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, sem nenhum ônus à Contratante, no Almojarifado do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, localizada à Rua Antônio João, nº 100 - Centro – Cáceres-MT, CEP 78.200-000, sendo que todos os encargos relativos à entrega correrão por conta da empresa contratada.

8.2. DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A fiscalização da contratação será exercida pela Coordenadoria de Resíduos Sólidos, Srº Douglas de Almeida Corveloni, telefone e e-mail para contato (65) 3223-6900, aguasdopantanal.eco@gmail.com e/ou residuos@aguasdopantanal.eco.br ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

8.4. A fiscalização de que se trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualida-

de inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CLAUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada juntamente com a entrega do material solicitado e/ou o serviço prestado.

9.2. A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

9.3. O pagamento das despesas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal será efetuado à contratada **30 (trinta) dias** após a entrega do objeto e do documento fiscal em tempo oportuno dos trâmites legais de tramitação da nota fiscal, a qual será devidamente atestada pelo servidor designado pela Contratante, cumpridas todas as exigências contratuais.

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

9.5. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.6. Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

9.8. Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir os seguintes procedimentos:

9.8.1. Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/fatura, todas as certidões de Regularidade fiscal, devidamente válidas.

9.8.1.1. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

9.8.1.2. Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas;

9.8.1.3. Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante;

9.8.1.4. Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.8.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.8.1.6. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

9.9. Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas tais como:

- a)** Razão Social;
- b)** Número da Nota Fiscal/Fatura;
- c)** Data de emissão;
- d)** Nome do órgão Solicitante;

- e) Descrição do produto/serviço;
f) Quantidade, preço unitário, preço total;
g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
h) Número do Contrato;
i) Número da Nota de Empenho;
j) Discriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao Município (ex. IR, ISSQN, etc...), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº 9.711/98, Instrução Normativa nº 1300/2012 RFB;
k) Não deverá possuir rasuras.
- 9.9.1.** Caso constatada alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções, sendo informados os motivos que levaram à sua rejeição.
9.9.2. Somente após o recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento, a partir da data de sua reapresentação.
9.9.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.
9.9.4. O pagamento será efetuado em até no máximo 15º (decimo quinto) dias após a entrega da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada.
9.9.5. O pagamento será efetuado à Contratada, de acordo com as ordens de serviços emitidas e atestadas pelo gestor.
9.9.6. O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária e em moeda corrente nacional, conforme art. 5º da Lei nº 8666/93.
9.9.7. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
9.10. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência. A atraso no pagamento por este motivo não ensejará direito de atualização monetária à Contratada.
9.11. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
9.12. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.
9.13. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.
9.14. O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8666/93.

10. CLAUSULA DECIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

10.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta de Recursos Próprios, alocados sob a classificação funcional:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.18.01	17.512.1011.1209	04.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	100 – Recursos Ordinários Próprios
04.18.01	17.512.1007.1233	04.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	100 – Recursos Ordinários Próprios



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

11.1.1. Quando a CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital.

11.1.2. Quando a CONTRATADA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

11.1.4. Quando a CONTRATADA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

11.1.5. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a CONTRATADA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação da CONTRATADA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela CONTRATANTE, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativas aos fornecimentos do objeto;

11.6. Caso a CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato poderá ser alterado somente em um dos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da CONTRATANTE.

13. CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou não retirar a Nota de Empenho dentro do prazo fixado de cinco dias úteis, ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.2. Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste contrato, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa na forma prevista na Lei 8.666/93 ou no Contrato;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo não superior a 02 (dois) anos; e,
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a Contratada ressarcir à Contratante pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas letras “a”, “b” e “c”.

13.3. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a CONTRATANTE.

13.4. Se a CONTRATADA não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do pantanal, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Assessoria Jurídica, na forma da Lei.

13.5. Do ato da CONTRATANTE que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13.6. As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.7. A CONTRATADA poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso a qualidade dos produtos e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

14.1.1. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

14.2. A rescisão do contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito pela CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

14.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratante;

14.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15. CLAUSULA DECIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICAVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 5.011, de 21 de fevereiro de 2011 e demais normas pertinentes.

16. CLAUSULA DECIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE



Comissão Permanente de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – “MENOR PREÇO”
PROTOCOLO Nº 128/2018

16.1. A Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>, em até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias daquela data.

17. CLAUSULA DECIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cáceres/MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a sê-lo.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cáceres - MT, ____ de _____ de 2019.

CONTRATANTE:

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
Diretor Executivo

CONTRATADA:

Empresa:

CNPJ:

Representante:

CPF:

RG:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG